

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE
CAMPUS DE SOROCABA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

LUIZA ROCHA RIBEIRO

**MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À POBREZA:
EVOLUÇÃO DO PNMPO**

Sorocaba
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE
CAMPUS DE SOROCABA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

LUIZA ROCHA RIBEIRO

**MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À POBREZA NO
BRASIL: EVOLUÇÃO DO PNMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, para obtenção do título/grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientação: Prof(a). Dr(a). Andrea Ferro

Sorocaba
2013

Rocha Ribeiro, Luiza

Microcrédito como instrumento de combate à pobreza: Evolução do
PNMPO / Luiza Ribeiro. -- Sorocaba, 2013

59 f. : il. ; 28 cm

Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Ciências
Econômicas - UFSCar, *Campus* Sorocaba, 2013.

Orientador: Andrea Ferro

Banca examinadora: Mariusa Momenti Pitelli, Maria Aparecida
Oliveira.

Bibliografia

1. Microcrédito. 2. Economia brasileira. 3. Pobreza. I. Avaliação do
microcrédito como instrumento de combate à pobreza: Evolução do
PNMPO . II. Sorocaba-Universidade Federal de São Carlos.

CDD 330

LUIZA ROCHA RIBEIRO

**MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À POBREZA: EVOLUÇÃO
DA PNMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, para obtenção do título/grau de bacharel em Ciências Econômicas. Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, 29 de Novembro de 2013.

Orientador(a)

Dr. (a) Andrea Ferro
Universidade Federal de São Carlos

Examinador(a)

Dr. (a) Mariusa Momenti Pitelli
Universidade Federal de São Carlos

Examinador(a)

Dr.(a) Maria Aparecida Silva Oliveira
Universidade Federal de São Carlos

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus queridos pais, Cristiane e Sebastião, sem a dedicação e esforço deles nada seria possível.

AGRADECIMENTO

Agradeço antes de tudo a minha família, principalmente a meus pais, Cristiane e Sebastião que me ouviram e me compreenderam em todos os momentos, me apoiando com paciência e carinho sempre. Obrigada por confiarem em mim e não permitirem que eu deixasse de acreditar e correr atrás dos meus sonhos. Para os meus avós, Maria Helena e Clodoaldo, jamais poderia deixar de citá-los e agradecer-los por terem cuidado de mim por anos e terem me ensinado a ser uma pessoa melhor sempre. Em segundo obrigada aos meus amigos Marina, Caio e Gabriel por serem minha família em Sorocaba ao longo desses quatro anos e por sempre me estimularem a persistir e não desistir de tudo que sempre acreditei. Aos meus amigos de São José que permaneceram me ajudando e me apoiando mesmo eu estando distante e a minha orientadora, Andrea Ferro, pela paciência, ajuda e suporte que tem me dado todos esses meses. Sem vocês nada disso seria possível obrigada por acreditarem em mim.

RESUMO

ROCHA RIBEIRO, Luiza. *Microcrédito como instrumento de combate a pobreza: Evolução do PNMPO*. 2013. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Centro de Ciências e Tecnologias para Sustentabilidade, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2013.

Na década de 1970, surge o microcrédito, que pode ser definido como a oferta de pequenos créditos via organizações não governamentais ou com outro formato institucional diferente de banco, voltada para microempreendedores informais - na sua grande maioria - e formais, localizados nas comunidades mais carentes ou nas vias urbanas dos principais centros periféricos. Nas duas últimas décadas, o microcrédito tem sido reconhecido como instrumento de alívio às condições de pobreza, mas também como um novo mercado para as instituições financeiras. As experiências internacionais mostram que o microcrédito têm atingido seus objetivos em países em desenvolvimento, principalmente na Ásia e América Latina. Esse fato, associado à insuficiência de Políticas Públicas Sociais, fez com que o microcrédito ganhasse destaque como medida de geração de renda e emprego, e combate a pobreza. O presente trabalho apresenta o debate acerca dos programas de microcrédito em instituições públicas e privadas, mostrando a evolução das instituições de microcrédito nas últimas décadas, os modelos de microcrédito no Brasil, o foco desses programas, a capacidade de expansão, a relação entre microcrédito e pobreza e o papel das instituições de microcrédito, apontando as suas diferenças em termos de foco e efetividade no combate à pobreza. A fim de analisar a eficiência do microcrédito no Brasil e em suas Unidades Federativas, o PNMPO (Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado) foi o objeto do estudo de caso, por ter a finalidade de incentivar o empreendedorismo e diminuir a pobreza da classe mais pobre no país. Foram feitas análises gráficas, de regressão e correlação com as variáveis índice de Gini, Valor do Rendimento, Número de famílias assistidas pelo bolsa família, Taxa de ocupação e Número de volume de contratos do PNMPO. Foram escolhidas essas variáveis por apresentarem correlação com o PNMPO, a intenção não é estabelecer relação de causalidade, apenas verificar se elas acompanham a mesma tendência e o grau de correlação entre as mesmas. Ao longo do trabalho foi possível concluir que os programas de microcrédito possuem várias limitações, mas que são a porta de saída para programas assistências como o bolsa família e podem melhorar a condição de vida da população mais pobre. **Palavras-chave:** Microcrédito. Economia brasileira. Pobreza. Política Social. Desenvolvimento.

ABSTRACT

With the arrival of the new world order that had been structured in the 70s, there microcredit, which summarizes the provision of small loans via non-governmental organizations or other format different institutional bank, facing informal micro entrepreneurs, mostly, and formal, located in the poorer communities or urban roads leading peripheral centers. In the last two decades, microfinance has increasingly been recognized as a tool for poverty alleviation and as a new market for financial institutions. Based on research literature was seen that the international experiences with microcredit have been successful in developing countries, mainly in Asia and Latin America, this fact associated to failure of Public Policy Social caused microcredit gained prominence as measured generation income, employment and combat poverty. This paper will present the debate on the microfinance programs and institutions both public and private, showing the evolution of microfinance institutions in recent decades, models of microfinance in Brazil, the focus of these programs, capacity expansion, the relationship between microcredit and poverty and the role of microfinance institutions, pointing out their differences in terms of focus and effectiveness in fighting poverty. The choice of the research object arises from the fact that the history of microfinance in Brazil ceases to have an explicit theoretical / development practice, directly linked NGOs, going to be driven by a minimalist view (financier), linked to the World Bank which will lead to significant changes in the dynamics of the Brazilian microcredit, especially in relation to poverty alleviation. In order to analyze the efficiency of microcredit in Brazil and its Federal Units, the PNMPO (National Program of Oriented Productive Microcredit) was the object of the case study, to have the purpose of encouraging entrepreneurship and reduce poverty in the poorest class in the country. Graphical analysis, regression and correlation with the variables Gini index, yield value, number of families assisted by the family purse, occupancy rate and number of volume contracts PNMPO were made. These variables were chosen because they present correlation with PNMPO, the intention is not to establish causality, just check if they follow the same trend and the degree of correlation among them. Throughout the work it was concluded that microcredit programs have several limitations, but they are the gateway to assistance programs like Bolsa Família and can improve the living conditions of the poorest population.

Keywords: Microcredit. Brazilian Economy. Poverty. Social Policy Development.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do número de famílias acompanhadas pelo Bolsa-Família por Região.....	42
Gráfico 2 - Evolução do número de famílias acompanhadas pelo Bolsa-Família São Paulo e Distrito Federal.....	42
Gráfico 3 - Evolução do número de famílias acompanhadas pelo Bolsa-Família Nordeste e Brasil	43
Gráfico 4 - Valor médio mensal do trabalho principal, por sexo, posição na ocupação principal e classes de rendimento mensal do trabalho principal por Região em reais.....	44
Gráfico 5 - Valor médio mensal do trabalho principal, por sexo, posição na ocupação principal e classes de rendimento mensal do trabalho principal Brasil e Nordeste em reais.....	44
Gráfico 6 - Valor médio mensal do trabalho principal, por sexo, posição na ocupação principal e classes de rendimento mensal do trabalho principal São Paulo e Distrito Federal em reais.....	45
Gráfico 7 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência.....	45
Gráfico 8 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência.....	46
Gráfico 9 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento de Regiões, São Paulo e Distrito Federal.....	46
Gráfico 10 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento Brasil e Nordeste.....	47
Gráfico 11 - Número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza por Região.....	48
Gráfico 13 – Evolução do número de contratos de créditos realizados/PNMPO por Região.....	49
Gráfico 14 – Evolução do número de contratos de créditos realizados/PNMPO São Paulo e Distrito Federal.....	49
Gráfico 15 – Evolução do número de contratos de créditos realizados/PNMPO Nordeste e Brasil.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGI- Agentes de Intermediação
BB – Banco do Brasil
BCB – Banco Central do Brasil
BNB – Banco do Nordeste
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CBO- Classificação Brasileira de Crédito
CCB – Código Civil Brasileiro
CEAPE- Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
CEF – Caixa Econômica Federal
CMN – Conselho Monetário Nacional
CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA- Instituto de Pesquisa Aplicada
IFO – Instituições Financeiras Operadoras
IMF- Institutos de Microfinanças
MTE- Ministério do Trabalho e do Emprego
MDE- Ministério do Desenvolvimento
ONG- Organização Não Governamental
ONU- Organizações das Nações Unidas
OSCIP- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PCPP- Programa de Crédito Produtivo Popular
PMC-Programa de Microcrédito do BNDES
PMPO- Programa de Microcrédito Produtivo orientado
PNAD- Pesquisa Nacional por amostra de Domicílio
SIDRA- Sistema do IBGE de Recuperação Automática
SCM- Sociedade de Crédito ao Microempreendedor
SISBACEN- Sistema de Informação do BACEN

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Objetivos da Pesquisa	16
1.2	Metodologia, Materiais e Métodos	16
1.3	Potenciais Implicações Práticas do Trabalho.....	17
2	DEFINIÇÕES E CONCEITOS	18
2.1	Definição de Microcrédito	18
2.1.1	Microcrédito produtivo e crédito popular.....	19
2.1.2	Microcrédito produtivo e orientado.....	20
2.2	Imperfeições do mercado de crédito: Assimetria de informação, seleção adversa e risco moral.	21
2.3	Debates acerca da funcionalidade do microcrédito	22
3	MICROCRÉDITO NO BRASIL.....	24
3.1	Surgimento do microcrédito no Brasil.....	25
3.1.1	Microcrédito no Brasil recente em números	27
3.2	Pilares e modelos de microcrédito no Brasil	27
3.3	Políticas públicas direcionadas ao microcrédito	30
4	PNMPO	32
4.1	Definição e objetivo do PNMPO	34
4.1.1	Agentes Repassadores	34
4.1.2	Regulamentação.....	35
4.2	Principais ações desenvolvidas	35
4.3	Os Desafios para o PNMPO no Brasil.....	36
5	ESTUDO DE CASO	39
5.1	Apresentação dos dados utilizados	39
5.2	Análise e Resultado	40
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

1 INTRODUÇÃO

O início da história do microcrédito remonta ao século XIX. A Europa desse século experimentou o surgimento de cooperativas de crédito com o objetivo de ajudar populações de baixa renda a poupar e conseguir o crédito. Até 1910, a Alemanha presenciou 1,4 milhões de pessoas atendidas pelas cooperativas de crédito, que a partir daí, estenderam sua influência pela Irlanda e Itália. O governo de Madras, no sul da Índia, se espelhou no exemplo germânico implantando cooperativas de crédito no território, a partir de 1912. A rápida expansão dessas cooperativas era visível, tanto que em 1946, elas já atingiam 9 milhões de pessoas (MORDUCH, 1999).

Uma importante transformação se deu na década de 1970, em Bangladesh, constituindo o caso mais famoso da utilização do microcrédito no combate à pobreza. Um professor de Economia da Universidade de Chittagong percebeu que as teorias econômicas estudadas nas aulas não garantiam uma resposta adequada aos diversos problemas enfrentados na realidade, principalmente relacionados à pobreza em que se encontravam centenas de pessoas ao redor da universidade. Esse professor, Muhammad Yunus, decidiu realizar um trabalho de pesquisa a fim de encontrar possíveis soluções para a miséria encontrada. Dentre centenas de visitas realizadas nas casas de famílias pobres, o professor Yunus impressionou-se pelo caso de Sufia Begun, 20 anos, mãe de três filhos, que sustentava a família fabricando tamboretas de bambu. Ele constatou que depois de um dia de trabalho, Sufia obtinha um lucro de US\$ 0,02, com os quais alimentava a família, revelando a nítida dificuldade de escapar das garras da miséria. Essa senhora não tinha como romper o círculo vicioso em que se encontrava, porque o comprador dos tamboretas era o próprio fornecedor do bambu, assim como quase todos os pequenos empreendedores da aldeia que tomavam dinheiro emprestado para comprar a matéria-prima do seu trabalho, com taxas de juros que beiravam os 10% à semana. E em alguns casos, 10% ao dia (YUNUS, 2001).

Após um levantamento em toda a região, o professor identificou o nome de 42 pessoas que viviam endividadas com um empréstimo de US\$ 27, somadas todas as parcelas. No intuito de reverter a situação, pois estas pessoas não tinham a mínima possibilidade de serem atendidas por um banco comercial, o professor Yunus emprestou a quantia, exigindo o compromisso do reembolso quando o grupo estivesse em condições de fazê-lo. Os 42

devedores saldaram o compromisso antecipando a melhor previsão do professor (YUNUS, 2001).

Segundo Lima (2009), o microcrédito surgiu efetivamente na década de 1970, e a Ásia e a América Latina foram palco de experiências de concessão de crédito aos microempreendedores e à população de baixa renda, por meio da adoção de práticas inovadoras, adequadas às possibilidades e limitações do seu público-alvo. Com o sucesso alcançado por essas experiências, verificou-se, nas décadas de 1970 e 1980, a disseminação das instituições de microcrédito em todo o mundo. A maior parte delas eram organizações não governamentais – ONGs, sustentadas por doadores, que enxergavam no microcrédito um instrumento eficiente de combate à pobreza.

A partir do fim da década de 1980, essas instituições passaram a adotar um enfoque distinto, no qual ganhou destaque a questão da sustentabilidade, com a preocupação de garantir uma oferta perene de crédito aos microempreendedores excluídos do acesso ao sistema bancário tradicional. Com isso, muitas ONGs transformaram-se em instituições financeiras, reguladas pelas autoridades monetárias de seus países.

Nos anos 1970, inicia-se uma nova crise do capital, com queda do crescimento econômico até então obtido graças às estratégias keynesianas adotadas pelos países capitalistas centrais. Nestes e, em seguida, na “periferia”, outros fenômenos típicos do período são: a reestruturação produtiva, fundada na acumulação flexível; a relevância ganha pelo neoliberalismo; e mudanças no papel do Estado, sobretudo quanto à política social e ao mundo do trabalho (ANTUNES, 2008; BEHRING; BOSCHETTI, 2008; FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2009; HARVEY, 2009; NOGUEIRA, 2009).

A flexibilização que marca a reestruturação produtiva pode ser entendida como “[...] a derrubada de toda e qualquer barreira ao movimento dos capitais e à acumulação [...]” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2009, p. 100), englobando relações sociais, econômicas e políticas. O neoliberalismo, por sua vez, defende a diminuição do Estado interventor, tido como ineficiente, em favor do eficaz mecanismo de livre mercado autorregulador. Propõe: estabilidade monetária, contenção de gastos sociais, ajuste fiscal e tributário, privatizações, manutenção de uma taxa natural de desemprego etc. (ANTUNES, 2008; BEHRING; BOSCHETTI, 2008; FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2009). Já as políticas sociais têm seguido ações como privatização, focalização, descentralização, empreendedorismo, parcerias público/privado e assistencialismo (BEHRING; BOSCHETTI, 2008; NOGUEIRA, 2009).

Conhecida no Brasil desde os anos 1970, a concessão de microcrédito tornou-se política de Estado, de geração de renda e de redução da pobreza entre 1994 e 2005, sendo hoje operada, no âmbito federal, pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), criado em 2005. O PNMPO será discutido detalhadamente ao longo do trabalho devido a sua importância como programa social.

No campo teórico, considera-se essa modalidade de crédito um meio de redução da pobreza, pois ela possibilitaria aos tomadores (pessoas de “baixa renda”) realizar investimentos em seus pequenos negócios (em geral, informais), auferir maiores rendimentos e, desse modo, sair da condição de pobreza (NERI, 2008).

O intuito deste trabalho é, com base em pesquisa bibliográfica e documental, avaliar criticamente o microcrédito como instrumento de combate a pobreza, utilizando o PNMPO como estudo de caso.

“Destacam-se três características da teoria pró-microcrédito: 1. o setor informal é tido como solução em potencial para reduzir a pobreza — associado à ideia de empreendedorismo, esse tipo de crédito é visto como meio para a emancipação individual dos pobres; 2. no fundamental, a pobreza é considerada apenas com base nos rendimentos monetários; e 3. ela pode ser enfrentada pela via do mercado”(COLODETI ;LEITE, 2011).

Em relação às limitações, foram citadas pelos mesmos autores acima, o número reduzido de tomadores de microcréditos atendidos; esses tomadores não são em sua maioria dos segmentos mais pobres da população que teoricamente deveriam ser a prioridade do programa; e por fim a concessão de microcrédito ainda não se insere em um conjunto maior de políticas de Estado que contribui para diminuição da desigualdade no país.

Cerca de 4 bilhões da população mundial vive com menos de US\$ 4,00 por dia e 1,2 bilhão com renda per capita inferior a US\$ 1,00 por dia. (United Nations Development Reports, 2010). Diante desse contexto, inúmeras pessoas têm se dedicado a ações de geração de renda e combate à pobreza, geralmente sem sucesso. No entanto, em 2000, após analisar os maiores problemas mundiais, A ONU- Organização das Nações Unidas estabeleceu oito Objetivos do Milênio e o maior deles é erradicar a pobreza mundial. Essa iniciativa fomentou a divulgação de algumas medidas já utilizadas em alguns países, porém não muito conhecidas no restante do mundo.

Segundo estudo do Banco Mundial (2010), viver com menos de um dólar por dia, é viver na pobreza extrema, e aproximadamente 985 milhões de pessoas vivem nessa

realidade. A América Latina tem 8,6% da população vivendo na pobreza, contra 9% do Leste Asiático e 41% da África Subsaariana.

Países como Índia, Bangladesh, Mongólia, Bolívia, Nicarágua e México implementaram diversos programas destinados aos microempreendedores com sucesso. Essas instituições procuram inserir, lentamente e com devida orientação, esses clientes no sistema financeiro tradicional. Reforçando o relatório da ONU, em 2006, Muhammad Yunus, conhecido como “pai” do microcrédito, ganhou o Prêmio Nobel da Paz, devido à criação do GRAMEEN BANK, um banco popular criado em 1976 especializado na concessão de microcréditos para a população de baixa renda, que auxilia milhares de pessoas a conseguir melhorar o nível de vida.

Segundo Monzoni (2006), a grande maioria dos casos de sucesso é de empréstimos para financiamento de atividades produtivas, em geral em zonas rurais, para populações em extrema pobreza e, principalmente, para mulheres. O autor mostra que no Brasil, quase um terço da população vive com até meio salário mínimo. Dentre esta parcela da população, apenas 31,6% vivem em casas com acesso ao saneamento básico. Já na região Nordeste, mesmo entre as pessoas que ganham mais de dois salários mínimos, 23% não possuem condições adequadas de saneamento em suas residências.

O Brasil não é considerado um país pobre ou com uma alta vulnerabilidade econômica; o que atrapalha o país é a desigualdade social e de renda. Segundo dados do IBGE de 2011, no Brasil, 8,5% da população vivia em famílias com renda inferior à fixada pela linha de indigência e 15,1% abaixo da linha de pobreza.

Esses percentuais correspondiam a 16 e 25 milhões de pessoas, apesar das diminuições de casos registradas nos últimos anos. Por meio de programas sociais como o Bolsa Família que o Brasil tem conseguido diminuir a desigualdade de renda e mantendo o objetivo de acabar com a pobreza no país até 2014.

Reconhecidos os problemas – a desigualdade, a pobreza e a exclusão social – e percebendo-se que estão altamente inter-relacionados, é papel de toda sociedade buscar formas para diminuí-los.

Para Paul Singer (2000) a desigualdade “refere-se principalmente à renda, consumo ou acesso a serviços e oportunidades”. Para o autor a desigualdade trata-se de um conceito relativo e por isso pode ser difícil de ser superada.

Na TABELA 1 abaixo, o que mais chama a atenção é a disparidade entre a região Nordeste e Sudeste, 20% da população Nordestina a mais que da região Sudeste não

tem disponibilidade de recursos e 16% a mais não possui acesso ao trabalho. É possível perceber também que 41% da população Brasileira não possui acesso ao trabalho, percentual significativo se comparado com outros países.

TABELA 1- ÍNDICE MULTIDIMENSIONAL DE POBREZA: DISPARIDADES REGIONAIS- PNAD 1993, 1998 e 2003

Em percentual de necessidade não atendidas						
DIMENSÃO	Brasil	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	Diferença entre Sud. e Nord.
Indicador Sintético	25	23	34	20	21	14
Vulnerabilidade	24	24	28	23	23	5
Acesso ao conhecimento	37	34	46	32	32	14
Acesso ao trabalho	41	38	52	36	37	16
Disponibilidade de recursos	22	15	36	16	15	20
Desenvolvimento infantil	8	7	13	6	7	7
Condições habitacionais	17	20	28	10	13	18

FONTE: Tabela adaptada a partir do artigo A Dimensão da Pobreza - 2007 . Ano 4 . Edição 30 - 11/1/2007

1.1 Objetivos da Pesquisa

O objetivo geral do presente trabalho é avaliar se o microcrédito contribui para a diminuição da pobreza no Brasil através do empreendedorismo da classe mais pobre, assim como foi em outros países em desenvolvimento, mesmo sofrendo com algumas limitações. Dentre os objetivos específicos estão: discutir o microcrédito como alternativa de financiamento para pequenos empreendimentos de pessoas de baixa renda; analisar a tendência do microcrédito como um meio eficaz no combate a pobreza por meio de geração de renda e emprego; analisar os modelos do microcrédito no Brasil com foco no PNMPO avaliando a correlação das variáveis renda, volume de famílias assistidas no bolsa família, Índice de Gini e taxa de ocupação com o volume de contratos de microcrédito concedido nos anos de 2009, 2011 e 2012 e qual a tendência que essas variáveis estão seguindo.

1.2 Metodologia, Materiais e Métodos

A pesquisa foi desenvolvida através de uma análise descritiva, explicativa e crítica. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Foram analisados o desenho institucional, a criação de modelo de microcrédito existente e seu desenvolvimento como instrumento de combate a pobreza, bem como as dificuldades para viabilização de um novo paradigma mais financista. A experiência do PNMPO no Brasil foi relatada como estudo de

caso para a verificação das hipóteses levantadas. Foram utilizados dados do Ministério do Trabalho e do Emprego, Banco Nacional do Desenvolvimento, do Instituto Brasileiro Geografia e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada a fim de verificar empiricamente a teoria proposta.

Este trabalho procura também estudar a oportunidade de microcrédito produtivo orientado no mercado brasileiro e contribuir com o estudo de um tema atual e de extrema importância para a intensificação da sustentabilidade social.

O estudo do caso do PNMPO brasileiro tem o intuito de responder à seguinte questão: Existe relação entre o microcrédito produtivo orientado no mercado de crédito brasileiro e a redução da pobreza? A hipótese é que o mercado de crédito brasileiro oferece grandes oportunidades para a geração de emprego e renda.

1.3 Potenciais Implicações Práticas do Trabalho

Até que ponto os programas de microcrédito podem ser um instrumento de emancipação econômica de beneficiário de Programas de Transferência de Renda de combate a pobreza? O Microcrédito utilizado como um programa social realmente gera emprego e renda para a população mais carente? Quais são suas limitações?

Visto os benefícios do microcrédito e sua atuação positiva em outros países pode-se inferir que o interesse e a disponibilidade de programas de microcrédito, como por exemplo o Programa Microcrédito Produtivo Orientado, para a população que faz uso dos programas de transferência de renda como Bolsa Família, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação, Auxílio Gás e outros pode ser a “porta de saída” destes programas para sua inclusão em outra esfera econômico-social.

O tema Microcrédito foi escolhido como objetivo de pesquisa para monografia pela possibilidade de ser um instrumento adicional de política pública social com a função de gerar renda, emprego e combater a pobreza. Verificado através das pesquisas a eficácia em outros países em desenvolvimento, o trabalho focará na possibilidade do microcrédito ser eficaz também no Brasil, com a intenção de avaliar como as instituições e os programas de microcrédito atuam, como se relacionam com programas de transferência de renda e o impacto sob a população de baixa renda.

2 DEFINIÇÕES E CONCEITOS

A maioria dos autores trata as microfinanças como “a oferta de serviços financeiros (crédito produtivo, crédito para consumo, poupança, seguro etc.) para a população de baixa renda que normalmente não tem acesso a esses serviços pelo sistema financeiro tradicional.” (BNDES, 2002) São como pequenos empréstimos, com as parcelas pagas em curto espaço de tempo, destinados em sua maioria à população pobre, que possui pouquíssimos ativos para oferecer como garantia.

O microcrédito compreende todos os serviços financeiros para microempreendedores, mas não financia o consumo, diferentemente da microfinanças. E o microcrédito produtivo orientado é o crédito para microempreendedores e também não financia o consumo.

2.1 Definição de Microcrédito

O BNDES define o microcrédito como sendo “a concessão de empréstimos de pequeno valor a microempreendedores formais e informais, normalmente sem acesso ao sistema financeiro tradicional”.

Esse tipo de crédito, como já foi visto acima, se encontra dentro das microfinanças, que abrange tanto o fornecimento de empréstimos quanto poupanças e outros serviços financeiros com foco em pessoas de baixa renda.

Assim, o microcrédito tem como principais características: (i) ausência de garantias reais, já que a maioria das transações tem como garantia o aval solidário; (ii) concessão de crédito ágil e adequado ao ciclo de negócios do empreendimento; (iii) baixo custo de transação devido à proximidade entre a instituição e o tomador dos empréstimos, e à inexistência de burocracia; (iv) ação econômica com forte impacto social na comunidade; (v) e elevado custo operacional para a instituição fornecedora dos recursos; e metodologia específica, que consiste na concessão assistida do crédito. Os agentes de crédito vão até o local onde o trabalhador exerce uma atividade produtiva para avaliar as necessidades e as condições de seu atendimento, bem como as condições de pagamento. Esse profissional passa a acompanhar a evolução do negócio e a fornecer orientação se necessário.

Segundo Monzoni Neto (2006), nem todo crédito é focado na população de baixa renda, todos os programas de crédito popular tem a finalidade de aumentar o consumo, o enfoque do microcrédito é financiar as atividades produtivas, mas é comum o próprio

governo e os bancos confundirem seus programas de crédito popular com o conceito de microcrédito.

Reymão (2010, p.82) já caracteriza o microcrédito como:

“(...) uma política social voltada para empreendedores de baixa renda, que visa potencializar o desenvolvimento de pequenos negócios concedendo crédito para indivíduos que, dado o baixo nível de formalização dos seus negócios, ou a inexistência de garantias, não conseguem acessar crédito junto às instituições tradicionais do sistema financeiro”

Por haver divergência entre as opiniões de vários autores sobre a operacionalização e o conceito do microcrédito, foi estabelecida através de análises metodológicas a diferença entre microcrédito, microcrédito produtivo e microcrédito produtivo orientado, como verá a seguir.

2.1.1 Microcrédito produtivo e crédito popular

Como já foi dito confunde-se com frequência o conceito de microcrédito com o de crédito popular, e no Brasil não seria diferente. Essa confusão deve-se ao fato de que bancos públicos federais de grande porte, principalmente o Banco Popular, do Banco do Brasil, têm como produtos de créditos voltados, teoricamente, à população de baixa renda. Além disso, o governo federal classifica esses produtos em suas campanhas de comunicação como microcrédito. (MONZONI, 2006, p. 23-26)

Os produtos do crédito popular não garantem que os recursos sejam usados para fins produtivos e de fato, esses recursos, em geral, são usados para consumo e/ou pagamento de dívidas. Além disso, o sistema de garantias presente nesses programas também não garante que tais recursos sejam efetivamente canalizados para a população de baixa renda. Outro ponto é que, diferentemente do que ocorre no mercado de microcrédito produtivo, os recursos disponíveis passam de um bilhão de reais (Ministério do Trabalho e Emprego, 2010).

Portanto, para o que interessa neste trabalho, esses programas não são comparáveis em objetivos finais e metodologias disponíveis nem no que se refere a público-alvo e, muito menos, em volume de recursos.

2.1.2 Microcrédito produtivo e orientado

O Microcrédito Produtivo e Orientado é aquele cuja principal característica é voltada para as atividades produtivas, sendo que o relacionamento com o empreendedor se dá na figura do Agente de Crédito.

Segundo ARAUJO (2012), a diferenciação entre microcrédito e microcrédito produtivo orientado se faz necessária. O primeiro é todo o serviço financeiro direcionado às pessoas físicas e jurídicas de pequeno porte, com uma metodologia diferente em relação ao sistema financeiro tradicional, desde os financiamentos até empreendimentos, sem incluir o financiamento ao consumo. O produtivo e orientado, é direcionado ao empreendedor, através de agentes de crédito no local em que é exercida a atividade econômica, sem financiar o consumo também.

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), iniciativa do governo federal e instituído pela Lei no 11.110, de 25 de abril de 2005, define microcrédito produtivo orientado conforme abaixo. “O microcrédito produtivo orientado é o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado, ainda, que: o atendimento ao empreendedor deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento; o contato com o empreendedor deve ser mantido durante o período do contrato de crédito, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este.”

A partir de agora, quando mencionado neste trabalho, a palavra microcrédito terá o conceito cuja base é definida pelo PNMPO, contando com as seguintes características: crédito predominantemente de baixo valor; oferecido por instituições financeiras ou não; em apoio a microempreendedores formais e informais; para fomento da atividade produtiva como capital de giro e investimento; de maneira orientada por agente de crédito e/ou assistida por programas de capacitação; frequentemente sem garantia real, ou seja, com aval solidário.

A TABELA 2 abaixo mostra o número das instituições referidas acima cadastradas em 2007 por região, dois anos após o início do programa:

TABELA 2- INSTITUIÇÕES MICROFINANCEIRAS HABILITADAS NO PNMPO, POR GRANDE REGIÃO BRASIL- MAIO 2007

Região	OSICIP	SCM	IFO	Cooperativas
Norte	6	0	1	1
Nordeste*	25	1	1	17
Sudeste	27	13	1	12
Sul	34	2	0	81
Centro-Oeste	5	0	0	4
Brasil	97	16	3	115

FONTE: Tabela adaptada do site do Ministério do Trabalho e Emprego

* Inclui o Programa CrediAmigo do Banco do Nordeste

2.2 Imperfeições do mercado de crédito: Assimetria de informação, seleção adversa e risco moral.

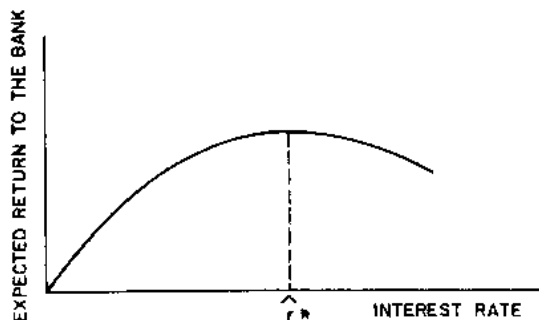
O vínculo entre o credor e devedor é marcado por uma assimetria de informação concatenando dois problemas principais: seleção adversa e risco moral (moral hazard) (NERI, 2008, p.30-32). Segundo REYMÃO (2010), a assimetria de informação se define quando as partes envolvidas numa operação, contratual ou não, possuem níveis de informação diferenciados sobre questões que são igualmente relevantes para ambas as partes, abrindo espaço para o oportunismo e para as vantagens pessoais.

Entende-se, que os agentes financeiros tem a ideia de que taxas de juros mais elevadas e exigência de garantia inibem projetos de baixo risco, os quais não aceitam pagar taxas elevadas e atraem apenas projetos de alto risco, o que se chama de seleção adversa. Combinando com este fator, estão os tomadores de crédito do outro lado com o objetivo de não pagar os empréstimos, por isso se arriscam em projetos de alto risco, caso os tomadores não tenham sucesso no projeto, haverá prejuízo que será repartido entre os emprestadores levando ao risco moral. É por essas razões que os bancos reduzem seu crédito dentro da margem da taxa de juros de equilíbrio para não reduzirem seus lucros.

A seleção adversa trata do desconhecimento do emprestador quanto à honestidade e responsabilidade do tomador, ou seja, o desconhecimento em relação ao risco ao qual o tomador pode se sujeitar antes da concessão do crédito O risco moral versa sobre a falta de informação do emprestador sobre as futuras ações do tomador, ou seja, ao seu comprometimento após o empréstimo ter sido concedido.

Na FIGURA 1 abaixo, é possível entender o porquê os bancos se orientam pela taxa de juros. Segundo de Stiglitz e Weiss (1981), acima do ponto de equilíbrio o retorno esperado do banco é menor devido ao elevado risco dos financiamentos.

FIGURA 1: TAXA DE RETORNO ESPERADO DO BANCO



FONTE: Stiglitz e Weiss (1981, pág. 394)

Stiglitz e Weiss (1981) mostram que o retorno do banco não acompanha sempre o crescimento da taxa de juros, uma vez que em um dado ponto, a elevação da taxa de juros implica na redução da qualidade média dos tomadores, atraindo tomadores mais propensos a assumir grandes riscos e a realizar empreendimentos mais arriscados, diminuindo a taxa de adimplência em razão tanto do risco moral quanto da seleção adversa (Idem, p.31). Se no ponto em que o retorno do banco for máximo houver mais demanda do que oferta de crédito, haverá racionamento de crédito mesmo que haja agentes dispostos a pagar uma taxa de juros maior.

Esses racionamentos prejudicam diretamente os microempreendedores, e se quiserem empréstimos terão que aceitar as condições impostas pelas instituições financeiras tradicionais. Este fato demonstra mais um ponto positivo em prol da expansão do PNMPO no Brasil, já que as condições de empréstimo possuem maiores facilidades aos tomadores.

2.3 Debates acerca da funcionalidade do microcrédito

As concepções a respeito da utilização do microcrédito são assunto de debates. Um grupo de pessoas lideradas por D. Pearl e M. Phillips (2000) tece duras críticas aos resultados encontrados na utilização desses empréstimos de baixo valor, afirmando que os ganhos não compensam as perdas. Segundo eles, o microcrédito apenas alivia a pobreza, não a eliminando, ao passo que os custos administrativos e de transação tornam-se cada vez mais

caros à medida que as pessoas muito pobres vão sendo atendidas, comprometendo seriamente a saúde financeira da empresa, repercutindo em índices deficientes de sustentabilidade.

Contraopondo-se às pessoas que privilegiam a sustentabilidade, um outro grupo, encabeçado por Yunus (1970), acredita na função social de um programa de microcrédito. Para eles, esses programas possibilitam que pessoas carentes, que não conseguem obter recursos junto a instituições tradicionais de crédito, possam exercer algumas atividades produtivas e refletindo desta forma em uma menor discrepância social existente e na eliminação desse aspecto da degradação humana. Para Yunus, quando uma pessoa que nunca havia conseguido dinheiro emprestado paga a primeira prestação sua felicidade é imensa, pois ela provou ser capaz de ganhar o suficiente para saldar sua dívida. Ela percebe, assim, que vale mais do que as pessoas pensavam.

3 MICROCRÉDITO NO BRASIL

O Brasil tem o quarto maior território do mundo, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados, uma população superior a 190 milhões de habitantes e um PIB de R\$ 1,2 trilhões em 2008. É a maior economia da América Latina e a oitava na escala mundial de acordo com o Banco Central do Brasil e o IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O cenário brasileiro descrito acima favorece a expansão do microcrédito no país. Diante desse cenário, podemos afirmar que o país possui um mercado significativo para as microfinanças. Além disso, a disparidade de renda é um fato marcante – os 10% mais ricos ganham, aproximadamente, 16 vezes mais que os 40% mais pobres, de acordo com o IPEA- Instituto de Pesquisa Aplicado. Esse viés na distribuição de renda mostra que o país abriga um grande número de pobres, de acordo com os indicadores do Banco Mundial, 3,4% da população brasileira vive abaixo da linha da pobreza.

Estima-se que existam no país 18 milhões de microempreendedores, que representam 25% da população economicamente ativa, segundo o Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. Contudo, a quase totalidade desses microempreendedores vive na informalidade, o que os impede de ter acesso aos produtos de crédito convencionais. Incapacitados de investir vivem preocupados com a sobrevivência de seus negócios, não conseguindo crescer e sair do mercado informal. (CONVIBRA 09,2009)

Mesmo que nos grandes centros urbanos haja uma grande oferta de crédito, como cartões de crédito, ofertas nas grandes lojas e financeiras, estes recursos normalmente são desvantajosos e, como resultado, geram endividamento da população de baixa renda.

Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), havia no País, em 2009, cerca de 13 milhões de indigentes e 39 milhões de pobres. O Programa Bolsa Família, por sua vez, tem um total de beneficiários que ultrapassa 49 milhões de pessoas — mais de ¼ da população brasileira. Vale dizer que são de todo restritos seus critérios para definir famílias como extremamente pobre — renda per capita até R\$ 70,00 e entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00, respectivamente —, deixando-se, assim, de atender muitas unidades familiares que vivem, de fato, na pobreza (CASSINI, 2010). Além disso, dados divulgados em 2010 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome mostram que a renda mensal familiar per capita média dos beneficiados, sem o aporte financeiro do referido programa, é de R\$ 48,69 e, com esse aporte, sobe para apenas R\$ 72,42 (COSTA, 2010). Mantêm-se, pois, em níveis elevados, a extensão e a intensidade da pobreza no País.

3.1 Surgimento do microcrédito no Brasil

A história do microcrédito no Brasil inicia-se em 1973 com a criação do programa UNO, por iniciativa e com assessoria técnica da Acción Internacional e que envolvia a participação de entidades empresariais de Pernambuco e da Bahia. A UNO foi criada especificamente para desenvolver um programa de crédito e capacitação para microempreendimentos populares, particularmente no setor informal. Tratava-se de uma associação civil, sem fins lucrativos.

Ao longo de quase uma década, a UNO desenvolveu uma base técnica de análise de crédito adaptada ao microempreendedor de baixa renda, formou profissionais com este novo perfil e financiou alguns milhares de microempreendimentos em diversos municípios de Pernambuco e da Bahia. Introduziu uma metodologia de microcrédito focalizada em um público sem garantias reais e sem acesso a crédito bancário e outros serviços, como capacitação e assistência técnica. A UNO destaca-se por seu ineditismo, como uma experiência que se constituiu na principal referência para a expansão desses programas na América Latina. Sua estrutura, sua metodologia já apresentavam algumas características que só viriam a se consolidar, também em outros continentes, a partir dos anos 1980 (SILVEIRA, 2001).

A estrutura inaugurada pela UNO foi retomada, incorporando novos elementos na concepção e na metodologia. Durante a década de 1980, foi criada a rede CEAPE (Centros de Apoio aos Pequenos Empreendimentos), que teve como origem o CEAPE do Rio Grande do Sul. Esse último em dezembro de 2001, realizou 343 mil operações de crédito, somando R\$ 305,7 milhões. Além dos outros CEAPes, destacam-se no Brasil: o Banco da Mulher, que até setembro de 2001 havia concedido cerca de 9 mil créditos, totalizando, aproximadamente, R\$ 6,7 milhões; a Portosol, que até dezembro de 2001, realizou cerca de 28,5 mil operações de crédito, somando R\$ 38,7 milhões; o VivaCred que já emprestou R\$ 14 milhões.

O maior programa de microcrédito brasileiro é o CrediAmigo, que é também um dos maiores da América Latina. Ele havia, até dezembro de 2001, realizado 599,8 mil operações no valor de R\$ 440 milhões. Sua inclusão leva a um aumento de 110,23% no total de operações de microcrédito no Brasil, constituindo o maior programa de microcrédito do país (BID, 2000).

No Brasil, houve uma “tentativa tardia de montagem de um Estado de Bem Estar Social” (SOARES, 2000 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 158), sobretudo com

a Constituição de 1988, que incorporava conquistas sociais e trabalhistas. Mas ela foi barrada, a partir do governo Collor, pelo avanço das propostas neoliberais, que suplantaram os direitos inscritos no texto constitucional. Assim, restringe-se o acesso universal aos direitos sociais e a bens de consumo coletivos e generaliza-se uma mescla de assistencialismo focalizado e acesso a tais bens via mercado (MOTA, 1995 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 159).

Alguns dos efeitos dessa situação são: “elevados níveis de desemprego, precarização do trabalho e aumento da pobreza” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2009, p. 112). Cabe perguntar: como tal contexto influenciou o trato da pobreza e da informalidade e, mais ainda, a expansão de programas de microcrédito no Brasil? Devido às mencionadas mudanças no papel do Estado; à influência crescente de instituições internacionais, como o Banco Mundial, segundo o qual não cabe ao Estado promover o desenvolvimento, deixando essa tarefa aos mercados (UGÁ, 2004, p. 57); e à centralidade ganha pela pobreza nas reformas da proteção social em boa parte da periferia (MAURIEL, 2008, p. 88) — devido a tudo isso, passou-se a considerar que as políticas sociais devem focar sua atuação nos pobres, tidos como incapazes de atuar no mercado (LEITE, 2010; UGÁ, 2004), e criar condições que os habilitem a essa competição.

Assim, os organismos internacionais passaram a recomendar programas específicos para os pobres e os extremamente pobres. Para estes, programas de alimentação e bolsas para fins diversos, garantindo a manutenção da vida com um mínimo de integração social. Aos que venceram a linha de indigência, cabem políticas de distribuição de ativos financeiros, via inclusão no mercado de créditos, para auferirem maiores rendimentos e, assim, superarem a pobreza (KRAYCHETE, 2006).

Mudou, ainda, a compreensão do trabalho informal, devido, em parte, à reestruturação produtiva, que aumentou a informalidade. Ademais, na periferia, os ajustes econômicos impostos pelos organismos internacionais para superar a crise agravaram o desemprego e levaram a uma nova agenda política para o setor informal, visto, então, como espaço de geração de postos de trabalho e renda (SERAINÉ, 2008). No Brasil dos anos 1990, a informalidade passou a ser percebida como algo natural, constituinte da realidade do mercado de trabalho, não havendo mais a intenção de erradicar ou formalizar o trabalho informal, mas de apoiá-lo (THEODORO, 2000).

É nesse amplo contexto que o microcrédito expande-se no Brasil. Ele passa, com a instituição do PNMPO, em 2005, a ser considerado uma política social de geração de postos de trabalho e de renda, além de meio eficaz para reduzir a pobreza, ao incluir parte das

peças de baixa renda no mercado de créditos e, assim, no mercado em geral. Investir na capacidade produtiva e empreendedora dos pobres é o foco dessa estratégia de combate à pobreza.

3.1.1 Microcrédito no Brasil recente em números

A seguir alguns dados relevantes da situação do Microcrédito no Brasil em 2010 retirados das referências citadas. Entre 2005 e 2010, no Brasil, fizeram-se 6.744.354 empréstimos na área do microcrédito, com um total de R\$ 8.683.369.781,25 (BRASIL, 2010), e cresceu em mais de 500% (de 52 para 283) o número das instituições que atuam junto ao PNMPO — OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), SCMs (Sociedades de Crédito ao Microempreendedor), cooperativas de crédito, agências de fomento e bancos cooperativos.

No último trimestre de 2010, foram atendidos 31.207 empreendedores formais e 893.785 informais. Assim dividiam-se por atividade: 85,44% no comércio; 9,03% nos serviços; 5,14% na indústria; 0,19% na agricultura; e 0,19% em outras atividades (Ministério do Trabalho e Emprego, 2010)

Quanto à finalidade, os empréstimos cedidos distribuíram-se do seguinte modo: 90,90% para uso em capital de giro, 7,63% para investimentos e 1,47% para aplicação mista. Do montante total, 82,79% destinaram-se ao ramo comercial (BRASIL, 2010). Ainda segundo o PNMPO, o microcrédito é fornecido a microempreendedores com renda bruta anual de até R\$ 120 mil. Por sua vez, dados relativos aos tomadores de microcrédito do Crediamigo (ligado ao Banco do Nordeste) mostram que 34% deles têm renda familiar mensal de até R\$ 600,00; 26%, de mais de R\$ 600,00 a R\$ 1000,00; 16%, de mais de R\$ 1000,00 a R\$ 1500,00; 21%, de mais de R\$ 1500,00 a R\$ 5000,00; e 3%, acima de R\$ 5000,00 (BANCO DO NORDESTE, 2009).

3.2 Pilares e modelos de microcrédito no Brasil

Com base em tudo que já foi citado sobre o microcrédito, infere-se que apesar de a experiência brasileira ser ainda incipiente, existem pelo menos três modelos que poderiam ser comparados se tomar como base as experiências internacionais já faladas. A seguir esses modelos serão comentados.

O microcrédito reúne alguns poucos pilares básicos, e pode ser considerado fruto de uma ideia relativamente simples. Os pilares são os seguintes: emprestar recursos para

microempreendedores, sem acesso ao mercado formal de crédito; eliminar a exigência de garantias reais, pelo uso de colaterais substitutos, eficientes; aproximar o funcionário da instituição de microfinanças (agente de crédito) e o cliente; e manter taxas de juros capazes de tornar a instituição de microfinanças (IMF) sustentável, não subsidiada (PAIVA; GALIZA, 2002).

Vale ressaltar que segundo as próprias referências, o microcrédito não é, necessariamente um empreendimento público, aliás a grande maioria dessas instituições bem sucedidas são de natureza privada.

Há três questões fundamentais dentro do assunto em questão, a focalização, sustentabilidade, capacidade de expansão.

A focalização se refere a quem o microcrédito se volta. Conceitualmente o foco seria para os mais pobres, porém as evidências empíricas mostraram que há sim programas focalizados nos mais pobres, como há também muitos mal focalizados. A questão é estabelecer em que medida o microcrédito precisa estar voltado para as camadas mais pobres da população (PAIVA e GALIZA, 2002). Há um relativo consenso sobre isso. Embora existam posições extremadas como a de que não se deve considerar o microcrédito como uma ferramenta eficaz de combate direto à pobreza, pois isso exige políticas públicas e instrumentos específicos, há uma grande literatura que apresenta evidência sólida tanto das possibilidades efetivas de focalização quanto do impacto do microcrédito na renda familiar dos beneficiários do microcrédito (PAIVA; GALIZA, 2002). Em resumo, o microcrédito pode chegar aos mais pobres, e existem instrumentos eficientes para isso.

Sob este termo amplo e relativamente vago da “sustentabilidade” há vários aspectos, ressaltados com ênfase diferente na literatura. Em todos eles, uma preocupação subjacente: a de que o microcrédito seja um serviço que possa ser oferecido de maneira contínua aos pequenos empreendedores e auto ocupados (PAIVA e GALIZA, 2002).

A ênfase na capacidade de expansão decorre da constatação de que só um atendimento massivo produzirá impacto econômico e social, gerando renda e trabalho, melhorando as condições de vida das pessoas envolvidas. O impacto do microcrédito, dessa maneira, ocorrerá apenas com uma ampla penetração no mercado (PAIVA e GALIZA, 2002).

Como já foi citado na introdução, alguns dos melhores exemplos de capacidade de expansão estão em Bangladesh, onde IMFs como o Grammen e o Brac têm mais de 3 milhões de clientes e produziram impactos consideráveis sobre a pobreza (PAIVA; GALIZA, 2002).

Depois de apresentados os três fundamentos, é possível entender os modelos do microcrédito no Brasil. O Brasil, não obstante os índices alarmantes de pobreza, ainda possui um mercado de microfinanças relativamente pequeno e pouco desenvolvido (OIT, 2001). Entretanto, se a estrutura institucional hoje existente ainda é claramente insuficiente para o atendimento à demanda, pelo menos três modelos já parecem estar suficientemente estruturados. São eles: Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP), do BNDES, ao do CrediAmigo, do Banco do Nordeste, e ao modelo do tipo Banco do Povo, que normalmente está associado aos governos estaduais e municipais.

O PCPP-BNDES foi lançado em 1996, e tem por objetivo promover a formação de uma rede de instituições capaz de oferecer serviços de microfinanças, fomentando a criação e o desenvolvimento das mesmas. Para tanto, o BNDES oferece condições favoráveis à constituição dos fundos dessas instituições, através do repasse de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); já o CrediAmigo é um programa executado diretamente pelo Banco do Nordeste e criado no final de 1997, concede empréstimos desburocratizados de pequenos valores para quem tem algum negócio de pequeno porte precisa de capital e orientação. É, atualmente, a principal experiência de microcrédito do país e uma das principais da América Latina, tendo também se tornado um caso para as microfinanças internacionais ao contribuir com a quebra da resistência dogmática à atuação de grandes bancos estatais no setor (Schonberger e Christen, 2001); o Banco do povo do Estado de São Paulo é concebido como uma peça essencial de uma política pública de geração de emprego e renda, executada diretamente pelo estado. Normalmente associados aos governos estaduais e municipais, tais bancos são constituídos com fundo de origem fiscal, e operam por meio de agentes de créditos pagos pelas secretarias dos estados e/ou prefeituras.

Depois de se obter um maior conhecimento sobre o assunto, já é possível inferir sobre alguns pontos que ficarão para melhor discussão na segunda e última fase da monografia. Como as políticas sociais são afetadas, em sua formulação e em sua execução, pelos valores dos profissionais que nelas atuam (LEITE, 2008, 79-80 e 91-92), podemos considerar a concessão de microcrédito como uma “política social” de cunho liberal, dadas a consideração do mercado como instância máxima de regulação social (LEITE, 2010; PAULO NETTO, 2004).

3.3 Políticas públicas direcionadas ao microcrédito

Segundo informações disponibilizadas no site do BNDES, o segmento de microcrédito existe desde 1996, quando foi criado o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP) com o objetivo de formar uma indústria de microfinanças no Brasil, ofertando funding para os agentes repassadores de microcrédito. Em 1997, o BNDES firmou o Convênio de Cooperação Técnica não Reembolsável com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) visando o fortalecimento do segmento de microcrédito no Brasil.

Em junho de 2003, o PCPP foi substituído pelo Programa de Microcrédito (PM), o qual vigorou por dois anos. Em março de 2005, após dois anos de articulação intragovernamental, foi instituído o atual Programa de Microcrédito do BNDES (PMC) que buscava um maior alinhamento às diretrizes de atuação governamental estabelecidas no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), que foi instituído em 25 de abril de 2005, por meio da Lei 11.110.

Com o objetivo de conferir maior agilidade e rapidez na concessão de crédito e garantir a perenidade de recursos para os agentes repassadores de 1º e 2º piso, o BNDES criou, em fevereiro de 2010, em substituição ao PMC, o Programa BNDES Microcrédito com dotação de R\$ 250 milhões.

O BNDES Microcrédito simplificou procedimentos internos a fim de reduzir o tempo entre o pedido de financiamento e a liberação de recursos. Foram também implementadas melhorias na metodologia de análise de risco de crédito das IMPO que permitiram o aumento do alcance do programa.

Na FIGURA 2, é possível acompanhar a linha do tempo dos programas de apoio ao microcrédito apoiados pelo BNDES.

FIGURA 2: PROGRAMAS DE APOIO AO MICROCRÉDITO PRODUTIVO



FONTE: BNDES¹

Em 2002 foram liberados R\$ 42 milhões para 32 instituições. Em 2006, com a saída de Lessa e alguns ajustes para atender o recém-criado Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), a meta já era de R\$ 70 milhões.

De 2003 a 2006 foi apresentada uma proposta de Programa de Microcrédito que tinha foco nos trabalhos realizados pela sociedade civil, através de ONG's e OSCIP's. Em 29 de novembro de 2004, o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO com a finalidade específica em disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado.

O programa é coordenado e executado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em conjunto com o Ministério da Fazenda (MF) e do Desenvolvimento Social (MDS). O Conselho Monetário Nacional determinou a destinação de 2% dos depósitos à vista dos bancos comerciais para a aplicação em operações de microcrédito, o compreendendo como qualquer operação de crédito de pequeno valor com destinação para diferentes finalidades (Resolução CODEFAT, nº 449). Apesar da criação do PNMPO, ainda falta uma legislação própria para as instituições de microcrédito, especialmente regras que promovam a expansão dos programas. (COVIBRAS 09, 2009).

¹

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Microcredito/historico.html

Em virtude da necessidade do Estado de criar parcerias com a iniciativa privada para melhor atender a população nos serviços de saúde, educação e assistência social, na defesa dos direitos de grupos específicos da população, microcrédito, entre outros, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, mais conhecido como PNMPO, foi criado pela medida provisória nº226 em 29 de novembro de 2004 e em seguida foi transformado em lei. É instituído no âmbito do Ministério do Trabalho e do Emprego pela lei 11.110/2005.

O objetivo é mobilizar tanto pessoas quanto recursos, para promover o desenvolvimento social no país. Tal parceria viabilizou a criação de instituições sem fins lucrativas, como as Organizações não Governamentais (ONG's), que introduziram o microcrédito no Brasil na década de 1970. Daí o surgimento de instituições como as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCP's), as Cooperativas de Crédito e as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM's). O objetivo do programa é incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, disponibilizando recursos para o microcrédito produtivo orientado (BRASIL, 2011c).

O PNMPO recebe recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), até 200 milhões de reais e 2% dos depósitos à vista, depósitos estes que são realizados pelos bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal (BRASIL, 2003). Esses recursos são operados pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e BNDES (instituições financeiras oficiais de que trata a Lei nº8. 019, de 11 de abril de 1990) (BRASIL, 2007).

Para garantir as baixas taxas de inadimplência, o programa possui um sistema que se chama aval solidário, que é quando um grupo de três pessoas ou mais solicitam crédito, e possuem avalista sendo dispensadas de outras formas de garantia. Com esse sistema a inadimplência permanece em torno de 5% (BRASIL, 2011c).

A TABELA 3 apresenta os dados desde a criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, em abril de 2005. A partir de então, já foram realizadas mais de 14,5 milhões de operações de microcrédito que apresentam uma concessão total de mais de 21 bilhões de reais em termos nominais.

TABELA 3- DADOS CONSOLIDADOS- PNMPO 2013

Ano	Operações de microcrédito (em unidade)	Índice	Valor nominal concedido em Reais (R\$)	Índice	Valor real concedido em Reais(R\$)
2005	632.106	100	602.340.000,00	100	338.789.945,28
2006	828.847	131,12	831.815.600,80	138,1	515.325.563,15
2007	963.459	152,42	1.100.373.829,94	182,68	737.633.358,75
2008	1.274.296	201,6	1.807.071.717,91	300,01	1.357.620.037,08
2009	1.605.515	253,99	2.283.955.244,22	379,18	1.828.583.943,90
2010	2.015.335	318,83	2.878.394.620,63	477,87	2.514.148.239,94
2011	2.501.383	395,72	3.755.106.065,62	623,42	3.522.372.673,35
2012	3.848.109	608,78	6.237.579.238,94	1.035,56	6.112.633.517,52
2013	929.128		1.585.831.159,96		1.585.831.159,96
Total	14.598.178		21.082.469.478,02		18.512.938.438,93

FONTE: Tabela adaptada do site do Ministério do Trabalho e do Emprego

*No ano de 2013 os dados foram divulgados até o mês de Março

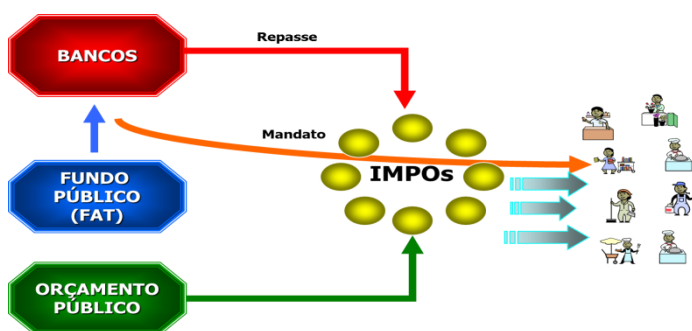
No final do ano de 2007 o número de clientes ativos do PNMPO era de 513.032 mil pessoas, sendo 94,6% microempreendedores informais, enquanto apenas 4,2% eram microempreendedores formais e 1,1% não declarados. Do ano de 2005 até 2008 o crescimento do programa apresentou uma taxa de 101,6% e o valor de crédito concedido 200%, chegando ao final de 2008 com a concessão de R\$ 1,8 bilhão de reais (BRASIL, 2008).

Em 2009 mesmo com a crise houve crescimento do volume de crédito concedido, segundo o Relatório do PNMPO (BRASIL, 2009); Em comparação com 2008, o microcrédito cresceu 26,6 % segundo o MTE.

Com o cenário apresentado acima, é possível dizer que o PNMPO vem com o propósito de definir diretrizes para o setor de microcrédito no País, regulamentar a atividade e promover mecanismos para o desenvolvimento das instituições de microcrédito, para que haja melhor atendimento do público-alvo.

A FIGURA 3 demonstra toda a estrutura operacional do PNMPO, já referida e explicada anteriormente:

FIGURA 3- ESTRUTURA DE OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA



FONTE: Apresentação MTE (2010)

4.1 Definição e objetivo do PNMPO

Segundo o MTE, o microcrédito produtivo orientado é o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado, ainda, que: (i) o atendimento ao empreendedor deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento; (ii) o contato com o empreendedor deve ser mantido durante o período do contrato de acento, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; (iii) e o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este.

4.1.1 Agentes Repassadores

Os bancos de desenvolvimento, as agências de fomento, os bancos cooperativos e as cooperativas centrais de crédito podem atuar como agentes repassadores de recursos, Agente de Intermediação – AGI das Instituições Financeiras Operadoras – IFO para as Instituições de Microcrédito Produtivo e Orientado (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2007).

As instituições interessadas em atuar como Instituições de Microcrédito Produtivo e Orientado – IMPO “deveram ser cadastradas, firmar termo de compromisso e obter habilitação junto ao Ministério do Trabalho e Emprego” (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2007).

Segundo Pereira (2007), em maio/2007 havia no Brasil 238 instituições habilitadas a atuarem no PNMPO. No entanto, apesar da ascensão do setor com o aumento do número de OSCIP's e da adesão das cooperativas de crédito, a produtividade para atender à demanda ainda está abaixo da média internacional, tornando-se uma grande oportunidade de expansão para as instituições (PEREIRA, 2007).

Além disso, com o intuito de investir na competência do setor, foi criado o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, que tem como objetivo melhorar o desempenho das instituições de microcrédito produtivo orientado, ampliar seu alcance social e

reduzir os custos operacionais. O plano foi desenvolvido em todo o País em diferentes estados (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2007).

As operações realizadas são contratação direta, que se resume em contratação de operações com o tomador final, mediante utilização de estrutura própria; mandato que é a contratação de operações com o tomador final, por intermédio de parceria com Instituição de Microcrédito Produtivo Orientado; o repasse de recursos à Instituição de Microcrédito Produtivo Orientado, podendo ser de forma direta ou via Agente de Intermediação; e a aquisição de Operações de Crédito, compra de operações de microcrédito da Instituição de Microcrédito Produtivo Orientado, de forma direta ou via Agente de Intermediação.

4.1.2 Regulamentação

A regulamentação do PNMPO é realizada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, ambos com a função de estabelecer as diretrizes da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005.

Ficando sob a responsabilidade do CMN os recursos oriundos dos depósitos à vista destinados ao microcrédito, e o CODEFAT os recursos oriundos do FAT (BRASIL, 2005). Além das instituições regulamentadoras, foi criado o Comitê Interministerial formado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (Coordenador), Ministério da Fazenda e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com as seguintes funções: subsidiar a coordenação e a implantação das diretrizes do PNMPO; definir prioridades e condições técnicas e operacionais do PNMPO; receber, analisar e elaborar proposições a serem submetidas aos Ministérios diretamente envolvidos no PNMPO, no CODEFAT e no CMN e acompanhar e avaliar a execução do PNMPO.

4.2 Principais ações desenvolvidas

Como já foi dito, mesmo com a crise de 2009 o segmento não entrou em crise e não deixou de crescer, isto mostra sua resistência às intempéries da economia. Continuou a atender clientes excluídos do crédito tradicional pós-crise.

Um ponto forte de todos esses anos de PNMPO foram os Projetos de Desenvolvimento Institucional (PDI) para fomentar as instituições de Microcrédito nas mais diversas áreas tais como: Capacitação de agente de crédito, Marketing, Promoção de Eventos,

Transporte e logística, Estudos e Apoio à Constituição de Novas organizações e etc. E apoio ao desenvolvimento institucional de 10 organizações de Microcrédito, sendo 9 em andamento e uma em processo final para realização de convênio. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2010).

Segundo o MTE, foi possível a realização de 20 mil operações de microcrédito junto aos beneficiários do Bolsa Família. Apoio ao desenvolvimento institucional de 10 organizações de Microcrédito, sendo nove em andamento e uma em processo final para realização de convênio. Nesses anos foram realizados seminários anuais para debater gargalos e propostas e foi criado o Banco de Dados sobre o Microcrédito no país.

Na área do trabalho houve a inclusão da profissão de agente de crédito na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), beneficiando milhares de funcionários de organizações de microcrédito e projeto “estimulando a formalização do microempreendedor”, a partir de Acordo de Cooperação entre o MTE/MPS/INSS, que irá capacitar 2.000 agentes de crédito e 70.000 Microempreendedores. Destaque para o Projeto Planseq-Microcrédito que capacitou mais de 3.400 Microempreendedores em 10 Estados. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2010).

E o último destaque foi para parcerias internacionais, com a cooperação entre o MTE e governo do Timor Leste, o Programa Nacional de Microcrédito que apresentou à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) projeto de capacitação de microempreendedores timorenses em gestão de pequenos negócios.

4.3 Os Desafios para o PNMPO no Brasil

O Ministério do Trabalho levantou alguns desafios do PNMPO, para os próximos anos entre eles estão o foco no aprofundamento do desenvolvimento do marco legal para celebrar parcerias com estados e municípios, limites de juros de rendimentos dos micro e pequenos negócios, essa seria uma maneira de aproximar mais o programa de regiões em que ele ainda não se destaca. Outro desafio é tentar fortalecer as pequenas unidades produtivas por meio do acesso ao microcrédito produtivo orientado. Aumentar o acesso aos recursos por parte das IMPO's fortalecendo assim a rede de atendimento do Programa de Microcrédito do MTE e a ampliando de forma sustentável elevando o alcance da rede.

E o que mais merece destaque, firmar o Programa de Microcrédito do MTE como órgão de fomento do Microcrédito Produtivo Orientado estimulando a formalização das unidades produtivas, bem como assegurando os direitos trabalhistas e previdenciários aos

proprietários e seus funcionários. É possível enxergar um esforço significativo por parte das políticas públicas em construir medidas de fôlego que expandirão o ainda pequeno porte do microcrédito no país

O microempreendedor ainda sofre, mesmo que com a evolução dos últimos anos, a pequena presença no território nacional de instituições de microcrédito que lhe possam prestar atendimento. E como já foi visto, a demanda pelo produto é crescente, e a demanda ainda é muito superior à capacidade de atendimento. Ainda falta mais que presença física, interação e orientação quanto ao uso e à oportunidade do crédito. Segundo a SISBACEN, a avaliação de crédito com ferramentas da tecnologia da informação, pode migrar para sistemas eletrônicos, porém não substitui o funcionário, o agente de crédito pode oferecer dicas e passar confiança, com experiências adquiridas em outros casos pelos quais eles já cuidaram e supervisionaram, e é esse o conhecimento que o microempreendedor deseja.

Outro problema enfrentado não só na concessão de microcrédito, como em tudo no país, é a burocratização e a demora em se conseguir o crédito, o que desanima o cidadão. Outro problema que foi verificado é a falta de conhecimento por parte da população sobre os programas de microcrédito existentes o que dificulta sua expansão. É necessária uma grande exposição na mídia, para alcançar a maioria da população.

Olhando pelo lado da instituição financeira, são inúmeras as dificuldades enfrentadas, segundo a SISBACEN, é necessário: a criação do Conselho Nacional de Microfinanças, que assegure a participação regular, formal e institucional do setor na formulação da política nacional de PNMPO; a criação de novas modalidades de captação de funding; a autorização legal para que depósitos especiais do FAT possam ser utilizados diretamente pelas instituições de microcrédito habilitadas ao PNMPO.

Fora isso, se faz necessário à capacitação e reciclagem de agentes de créditos nas metodologias utilizadas e que elas se tornem diárias, reduzindo assim os custos na formação pessoal. Falta qualificação profissional nesta área e treinamentos dos agentes por parte do governo. Também se faz necessário a simplificação e agilização dos trâmites no relacionamento das instituições com o governo federal, tanto nos ministérios quanto nos bancos oficiais.

Outro desafio do setor é melhorar a transparência do setor a fim de reduzir a assimetria de informação entre ele e os agentes financeiros. Hoje ainda, toda informação que se tem sobre o mercado de microcrédito no Brasil, vem a maioria de instituições do governo.

Agora olhando da perspectiva dos agentes financeiros, eles carecem que os agentes reguladores, especialmente o MTE, ampliem a sua capacidade de acompanhamento e monitoramento do setor. A qualidade das organizações, de sua seriedade e de sua governança são essências para propiciar que os custos de análise e controle das operações sejam os menores possíveis. A mitigação dos riscos legais e burocráticos também é necessária para que haja a ampliação do fluxo de financiamento ao segmento. (SISBACEN, 2010).

E, por fim, do ponto de vista governamental, espera-se que o governo invista na ampliação das convergências de atuação entre os ministérios, bancos oficiais e Banco Central. E também é desejável que as organizações do microcrédito ampliem sua gama de serviços oferecidos ao público, atraindo mais pessoas ao setor.

5 ESTUDO DE CASO

O estudo de caso será focado no Programa de Microcrédito Produtivo Orientado, que diferente dos outros programas, tem como objetivo principal melhorar a condição de vida de pessoas de baixa renda. Não será possível estabelecer relação de causalidade entre a variável de microcrédito e as outras variáveis utilizadas devido às limitações nos dados que não permitem a adoção de uma análise adequada. Mas será possível verificar se as variáveis possuem correlação entre elas e se acompanham uma mesma tendência.

As variáveis referidas acima são Bolsa Família, Renda, Taxa de Ocupação e Índice de Gini. Será possível verificar se existe uma correlação dessas variáveis com o microcrédito e qual tendência elas têm seguido nos últimos anos através de uma análise gráfica e uma matriz de correlação. É necessário dizer que ainda não foram feitas análises desse tipo em outros estudos o que impossibilita comparações de resultado.

Todos os dados escolhidos foram dados que de alguma forma tinham relação com a pobreza e com o microcrédito. Nas próximas seções serão apresentados os dados, as análises e o resultado, chegando enfim a uma consideração final sobre o caso.

5.1 Apresentação dos dados utilizados

Antes da apresentação dos resultados, uma breve descrição de cada dado utilizado. O Bolsa Família é um programa de transferência de renda destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 140 mensais, que associa à transferência do benefício financeiro do acesso aos direitos sociais básicos - saúde, alimentação, educação e assistência social. Através do bolsa- família, o governo federal concede mensalmente benefícios em dinheiro para famílias mais necessitadas (Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição). A variável utilizada para representar o Bolsa Família será número de famílias assistidas pelo programa, dados fornecidos do site do DataSus.

A renda é representada pela variável valor do rendimento médio mensal do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência e com rendimento no trabalho principal em reais. A taxa de ocupação são pessoas de 10 anos ou mais de idade, que estão trabalhando na semana de referência dividido pela população economicamente ativa na semana de referência. Os dados das variáveis descritas foram retirados do site do IBGE.

A pobreza é representada pelo número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS. Os dados foram retirados do site Atlas Brasil.

A variável Índice de Gini da à distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento e foi retirado do site do IPEA Data. Coeficiente de Gini é um parâmetro internacional usado para medir a desigualdade de distribuição de renda entre os países. O coeficiente varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo do zero menor é a desigualdade de renda num país, ou seja, melhor a distribuição de renda. Quanto mais próximo do um, maior a concentração de renda num país. O índice Gini é apresentado em pontos percentuais (coeficiente x 100).

E por fim, a variável relacionada ao microcrédito, que é o número de contratos de microcrédito concedidos, os dados desta variável foram retirados do site do Ministério do Trabalho e Emprego.

5.2 Análise e Resultado

Os anos de 2009, 2011 e 2012 foram escolhidos para análise, por seguirem uma ordem cronológica e por serem os anos que cruzavam as informações dos dados, sendo considerados neste trabalho os anos mais relevantes para análise. O estado de São Paulo e Distrito Federal foram separados de suas regiões para melhorar a observação dos dados, já que em praticamente todos os dados analisados esses estados obtiveram destaque com números significantes. A região Nordeste também foi separada das outras regiões nos gráficos, por se destacar em relação às outras e por seguir uma tendência aproximada com o total do Brasil. A região Nordeste, foi à região que mostrou seguir mais claramente a hipótese de associação/relação entre as variáveis bolsa família, renda e microcrédito.

O primeiro trimestre de 2009 foi marcado, no Brasil, pelo receio ante os impactos da crise internacional, cujos efeitos incidem fortemente sobre diversos setores da economia. Temeu-se pelo alastramento do desemprego: os dois últimos meses de 2008 sofreram com a reversão da curva de expansão das vagas formais, tendo como ápice forte queda das ocupações. O governo federal atuou intensamente, aprovando um conjunto de medidas anticíclicas, que, como se sabe, produziram resultados bastante positivos, de tal

modo que se reconhece o Brasil como o primeiro país a apontar indicadores de retomada da expansão da economia.

O Ministério do Trabalho e Emprego participa deste esforço, com medidas tais como: o alongamento do prazo de concessão do seguro-desemprego às categorias profissionais mais afetadas pela crise; a concessão de linhas específicas de crédito com recursos do FAT para as concessionárias de veículos seminovos e o moto frete, com vistas à preservação dos empregos; no âmbito do microcrédito, conceder R\$ 100 milhões de reais para o atendimento da demanda de trabalhadores organizados em associações identificadas; redução da taxa de juros (TJLP) e do *spread* máximo cobrado pelos agentes financeiros em todas as linhas de crédito baseadas em recursos do FAT.

As ações do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, por sua vez, ao incentivar a concessão do microcrédito aos empreendedores de mais baixa renda, identificados no cadastro do Programa Bolsa Família, ao propiciar a melhoria do relacionamento entre as instituições de microcrédito e os bancos públicos federais, ao apoiar o fortalecimento institucional e a expansão da rede de organizações de microcrédito, também representam contributos a esse movimento do governo federal com vistas a impedir os impactos da crise internacional sobre os trabalhadores.

Enquanto no primeiro trimestre de 2009 existiam muitos receios e temores quanto aos efeitos da crise internacional, principalmente na expansão do desemprego, o segundo trimestre apresentou um quadro de recuperação do emprego (foram criados 357.257 empregos formais no período) e do PIB, cerca de 2% segundo o IBGE, ante os dois resultados negativos consecutivamente.

As políticas de revigoração do setor econômico, no tocante a política fiscal e monetária, adotadas pelo governo federal atuaram fortemente na economia e confirmaram o país como um dos primeiros países a ter um desempenho favorável na economia.

Os GRÁFICOS 1, 2 e 3 respectivamente mostram a evolução do número de famílias acompanhadas pelo bolsa família nas regiões e estados brasileiros.

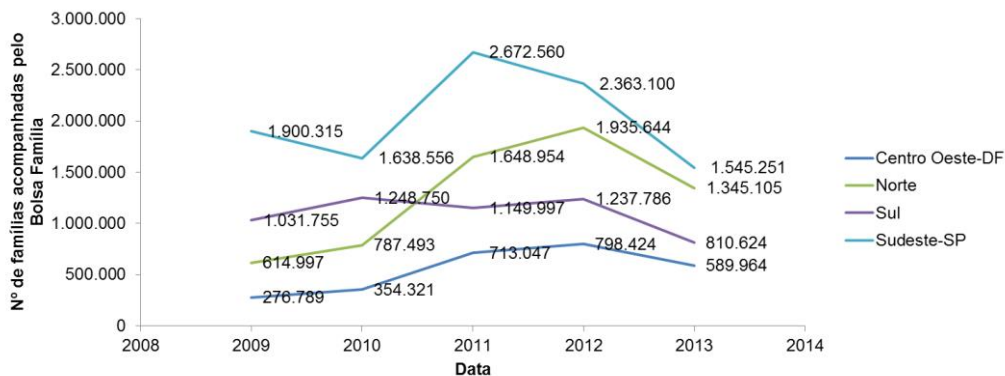


GRÁFICO 1 - Evolução do número de famílias acompanhadas pelo Bolsa-Família por Região.

FONTE: Elaboração do autor a partir de dados do Ministério do Trabalho e Emprego

Um destaque para a região Sudeste (sem considerar o estado de SP) que em 2011, teve o programa bolsa família atendendo 2.672.560 famílias, 40% a mais que em 2009, sendo a região com o maior número de famílias acompanhadas nos três anos analisados, só perdendo para a região Nordeste. Sendo seguido pelas regiões Norte e Sul. Infere-se também que o número de famílias acompanhadas ao longo do tempo vem diminuindo para todas as regiões, isso pode ser um sinal de que programas como o PNMPO, podem estar contribuindo para essa queda ao aumentar a renda dessas famílias.

O GRÁFICO 2 abaixo, mostra a disparidade do número de famílias acompanhadas pelo bolsa família no estado de São Paulo e no Distrito Federal, o que reafirma os dados do GRÁFICO 1, os quais mostram o número pequeno de famílias acompanhadas na região Centro- Oeste se comparado com as demais regiões. Em 2012, por exemplo, o programa bolsa família atendeu 1.132.059 famílias a mais do que o Distrito Federal.

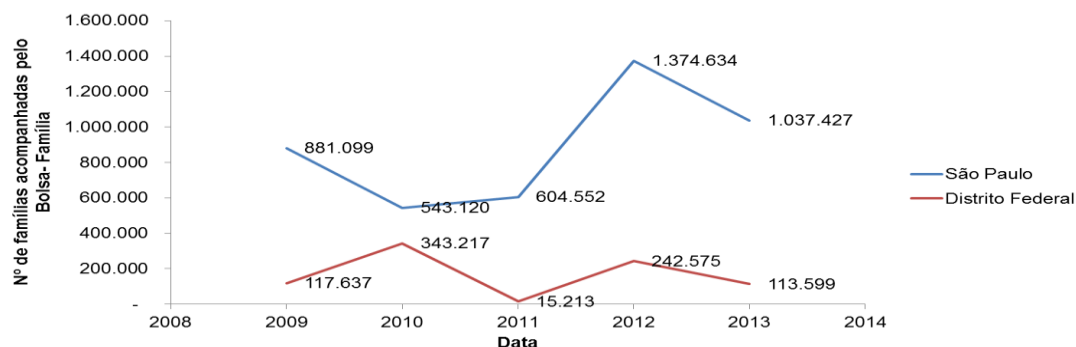


GRÁFICO 2 - Evolução do número de famílias acompanhadas pelo Bolsa-Família São Paulo e Distrito Federal.

FONTE: Elaboração do autor a partir de dados do Ministério do Trabalho e Emprego

A região Nordeste, como mostra o GRÁFICO 3, é a região com maior número de famílias acompanhadas pelo bolsa- família em todos os anos, como já esperado, já que segue a mesma tendência no valor do rendimento e no índice de Gini, é a região com rendimento per capita mais baixo e um dos índices de Gini mais alto. O que demonstra a necessidade de programas como o bolsa família e o de PNMPO, de cunho assistencial para populações de baixa renda.

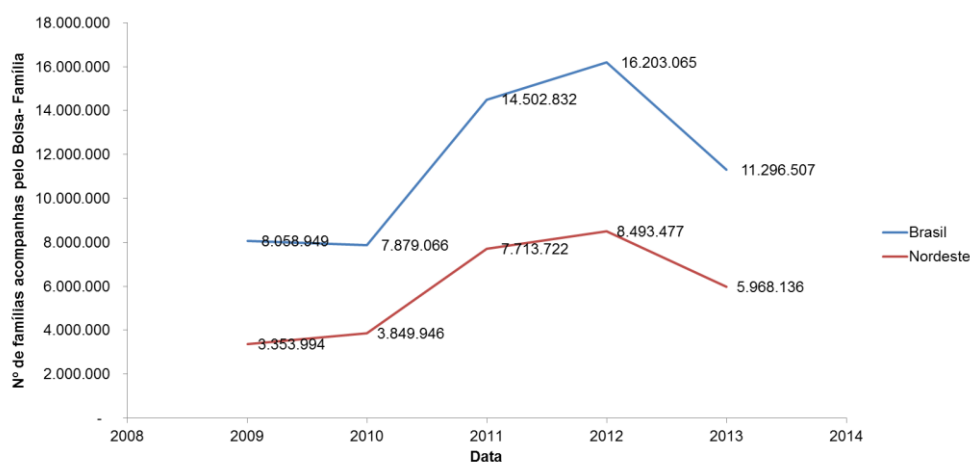


GRÁFICO 3 - Evolução do número de famílias acompanhadas pelo Bolsa-Família Nordeste e Brasil

FONTE: Elaboração do autor a partir de dados do Ministério do Trabalho e Emprego

Quando se fala de Brasil e do programa Bolsa Família, é possível afirmar que o Nordeste é a região que sobe o total de famílias atendidas para cima, sendo a região com maior volume de famílias atendidas.

Quanto a renda, o GRÁFICO 4, deixa claro que a região Centro-Oeste tem o maior valor de rendimento mensal nos anos analisados, aumentando gradativamente, o que mostra a associação com o bolsa- família e explica o porque de ser a região com o menor número de assistidos pelo programa. A região Norte merece destaque por ter apresentado os menores valores de rendimento dos três anos, o valor do rendimento do Norte em 2009 foi consideravelmente menor do que o valor da região Centro- Oeste.

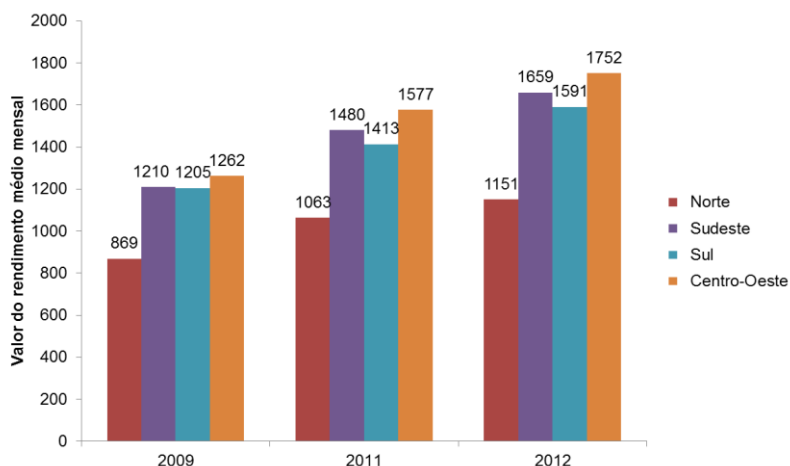


GRÁFICO 4 - Valor médio mensal do trabalho principal, por sexo, posição na ocupação principal e classes de rendimento mensal do trabalho principal por Região em reais

FONTE: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE. Vários anos.

A região Nordeste como já foi dito acima, possui os menores valores de rendimento mensal dos três anos analisados, corroborando o argumento de que segue a mesma tendência do Bolsa Família, menor rendimento maior ação do bolsa família na região. As regiões Sudeste e Centro Oeste levantam a média do rendimento mensal no Brasil, como se pode observar nos GRÁFICOS 4 e 5.

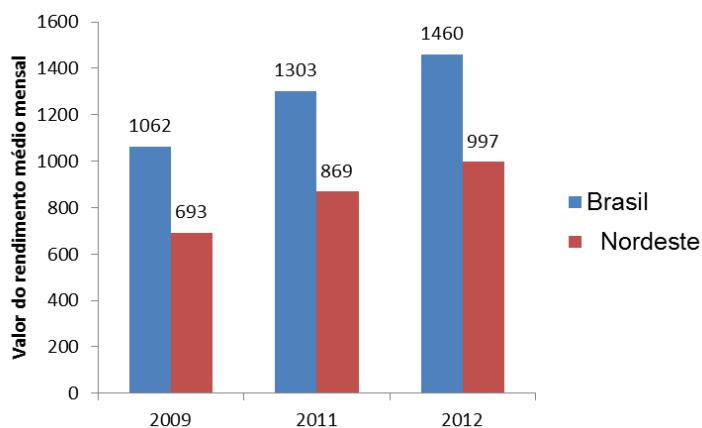


GRÁFICO 5 - Valor médio mensal do trabalho principal, por sexo, posição na ocupação principal e classes de rendimento mensal do trabalho principal Brasil e Nordeste em reais.

FONTE: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE. Vários anos.

O GRÁFICO 6, reafirma o argumento de que o Centro Oeste e o Sudeste levantam a média do valor de rendimento mensal do Brasil, sendo o estado de São Paulo e

Distrito Federal os principais responsáveis por este fato. São Paulo tem o maior valor de rendimento entre todos os estados.

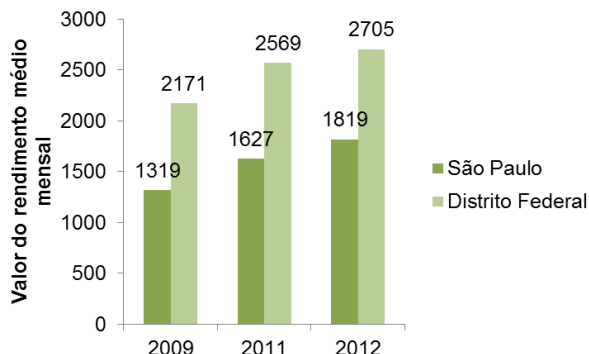


GRÁFICO 6 - Valor médio mensal do trabalho principal, por sexo, posição na ocupação principal e classes de rendimento mensal do trabalho principal São Paulo e Distrito Federal em reais

FONTE: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE. Vários anos.

Em relação à Taxa de Ocupação, destaque para a região Sul que apresentou a maior taxa nos anos de 2011 e 2012, em 2012 a taxa chegou a 0,959, seguido da região Centro Oeste com taxa de 0,956. Na região Sudeste, especificamente o destaque vai para o estado de SP, que representa praticamente 90% da população ocupada da região Sudeste. A taxa da região Sudeste - SP em 2012 foi de 0,939, sendo que só o estado de São Paulo apresentou uma taxa de 0,937, isto deixa evidente a influência de São Paulo na região. O gráfico mostra também que ao longo dos anos a região Norte que em 2009 apresentava a maior taxa de ocupação, de 0,872, de todas as regiões, foi reduzindo, apresentando em 2012 a menor taxa de todas as regiões, 0,931 (Gráfico 7).

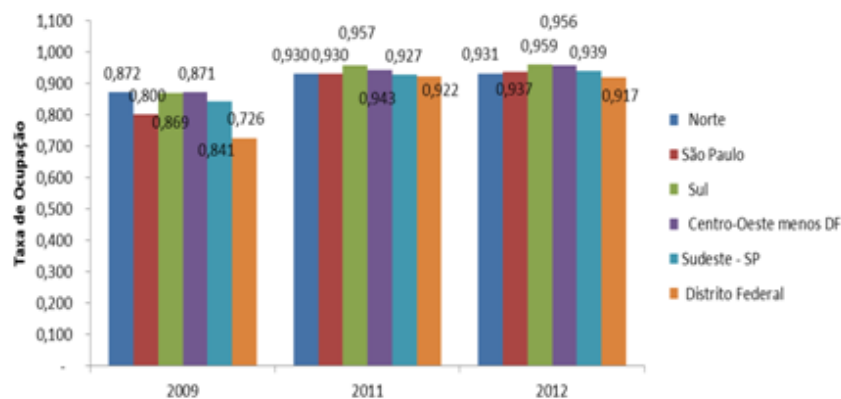


GRÁFICO 7 – Taxa de ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência.

FONTE: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE. Vários anos.

Já a região Nordeste, como mostra o GRÁFICO 8, mesmo não sendo a região com maior taxa de ocupação, a região vem apresentando um crescimento da taxa ao longo dos anos, em 2009 a taxa foi de 0,865 contra 0,925 em 2012. Isto pode ser um indício de que a geração de emprego e renda da população está melhorando e com isso pode estar ocorrendo uma redução da pobreza. O mesmo ocorreu para o Brasil, um aumento da taxa de ocupação, de 0,844 em 2009, menor que a taxa do Nordeste, e saltou para 0,938 em 2012.

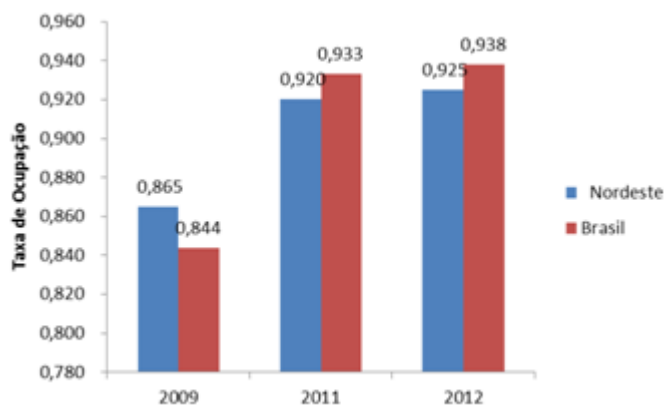


GRÁFICO 8 - Taxa de ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência.

FONTE: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE. Vários anos.

Como mostra o GRÁFICO 9, a região Centro Oeste possui o maior Índice de Gini, em 2009 apresentou um índice de 0,567, mostrando a alta desigualdade e concentração de renda da região, só o Distrito Federal apresentou um índice de 0,618, 11 pontos percentuais a mais que a região Sudeste, terceiro maior índice do país em 2009.

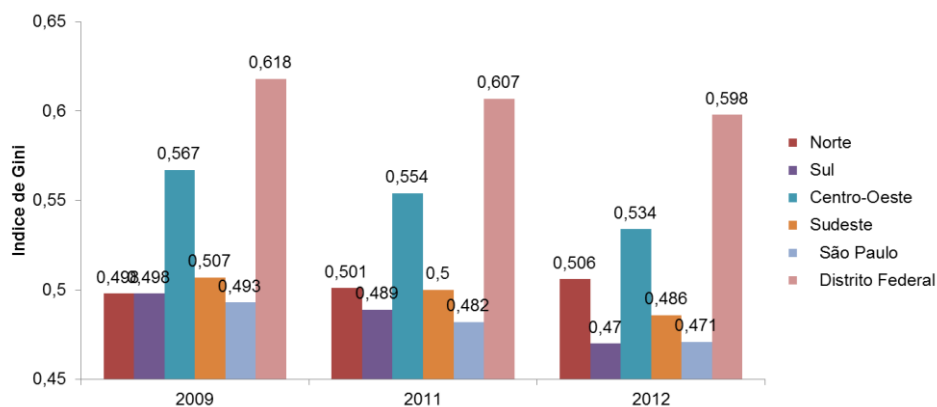


GRÁFICO 9 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento de Regiões, São Paulo e Distrito Federal.

FONTE: Elaboração do autor a partir de dados do IPEA Data. Vários anos.

A região Nordeste em média apresentou os segundos maiores índices de Gini, perdendo apenas para a região Centro- Oeste. A alta desigualdade e nível de concentração de renda nesta região reafirmam a necessidade de programas assistenciais ou que promovam o aumento de renda através do empreendimento como o microcrédito. O Índice de Gini do Brasil é de 50,8 pontos percentuais (ano de 2012) o que demonstra que o país, apesar dos avanços econômicos dos últimos anos, ainda tem uma alta concentração de renda. Porém, devemos destacar um avanço do Brasil neste índice, já que em 2009 era de 53,1 como mostra o GRÁFICO 10.

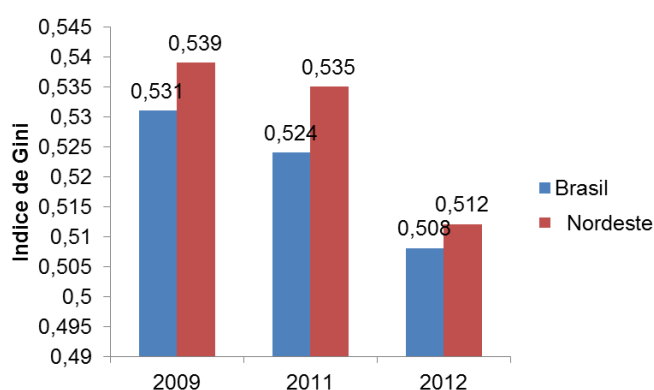


GRÁFICO 10 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento Brasil e Nordeste.

FONTE: Elaboração do autor a partir de dados do IPEA Data. Vários anos.

Corroborando com os dados do índice de Gini acima, o GRÁFICO11, apresenta a região Nordeste e Centro- Oeste como as regiões com o maior número de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a linha da pobreza. A notícia favorável ao país é que esse índice vem se reduzindo ao longo do tempo no Brasil em geral. No GRÁFICO 12, mostra que em 2004 o número de pessoas com renda abaixo da linha da pobreza era de 48.165.173 e quatro anos depois (2008), caiu para 35.117.043. Ano no qual se intensificou os programas de microcrédito e o Bolsa Família no Brasil.

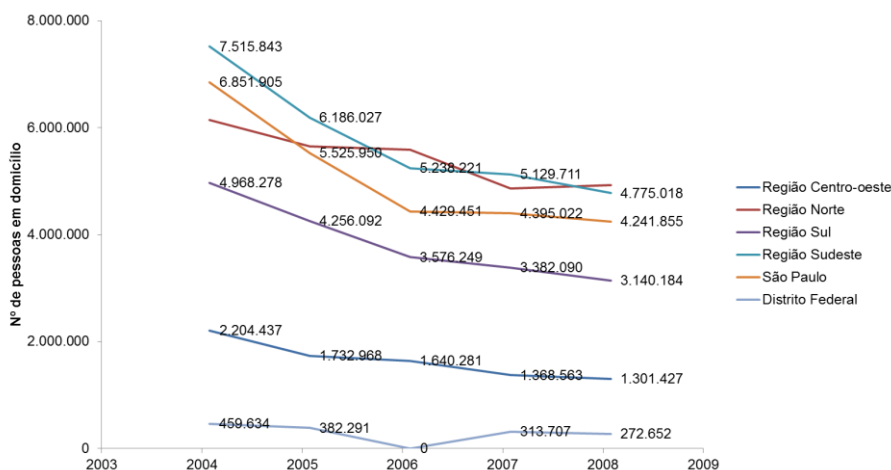


GRÁFICO 11 - Número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza por Região

FONTE: Elaboração do autor a partir de dados do Atlas Brasil. Vários anos.

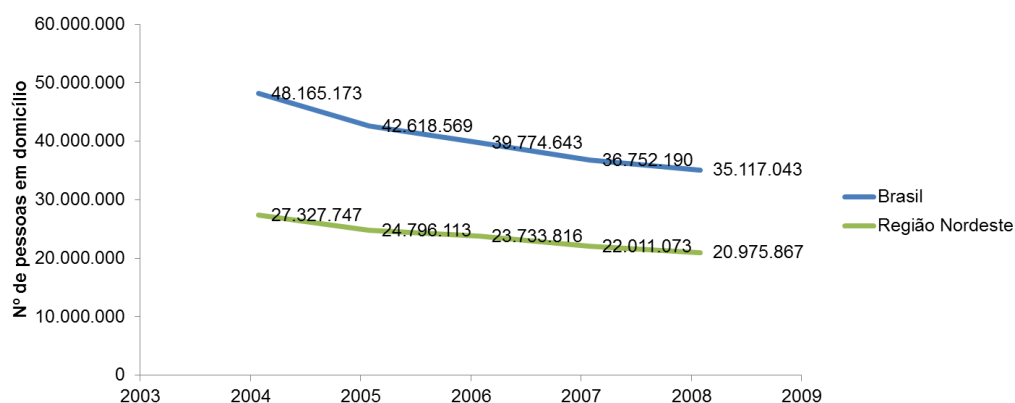


GRÁFICO 12 - Número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza da Região Nordeste e Brasil.

FONTE: Elaboração do autor a partir de dados do Atlas Brasil. Vários anos.

Os GRÁFICOS 13,14 e 15 por fim, mostram a principal variável estudada no trabalho, o microcrédito, precisamente o número de contratos de PNMPO realizados nos anos de 2009 a 2013. No início do programa, a região Norte possuía o maior número de contratos realizados, porém o programa foi perdendo força nesta região como mostra o GRÁFICO 13. Nos últimos anos o destaque vai para as regiões Centro- Oeste, Sudeste e principalmente Nordeste. Em 2013, o número de contratos realizados por essas regiões foram 358.968, 165.869 e 1.511.933 respectivamente.

Não é surpreendente o alto volume de contratos crédito realizados no Distrito Federal, se levar em consideração a que é um dos lugares com maior nível de concentração de renda do país.

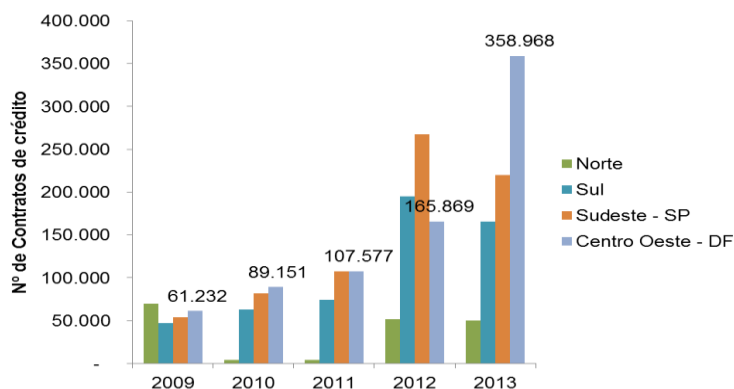


GRÁFICO 13 – Evolução do número de contratos de créditos realizados/PNMPO por Região.

FONTE: Elaboração do autor a partir de dados do Ministério do Trabalho e do Emprego. Vários anos.

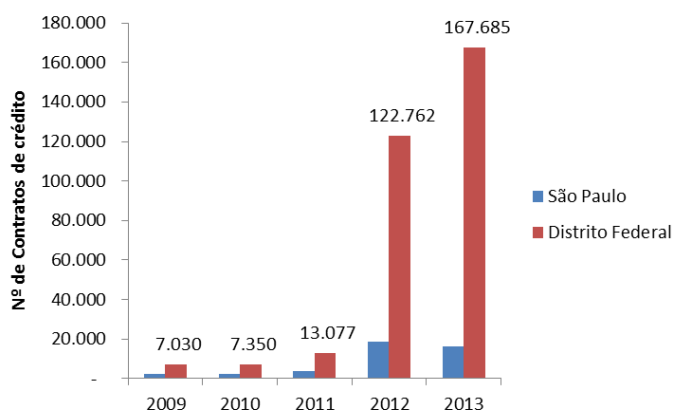


GRÁFICO 14 – Evolução do número de contratos de créditos realizados/PNMPO São Paulo e Distrito Federal.

FONTE: Elaboração do autor a partir de dados do Ministério do Trabalho e do Emprego. Vários anos.

Como esperado, a região Nordeste possui os maiores números de contratos realizados quando comparado com as outras regiões. Este fato pode ser explicado possivelmente pela associação entre as variáveis apresentadas anteriormente, a região Nordeste possui alto índice de Gini, baixo valor de rendimentos médios mensais, grande concentração de renda e desigualdade, cenário este que leva o governo a aumentar o número de famílias assistidas pelo bolsa família e a aumentar o volume de créditos concedidos do PNMPO na região, a fim de aumentar a renda e combater a pobreza.

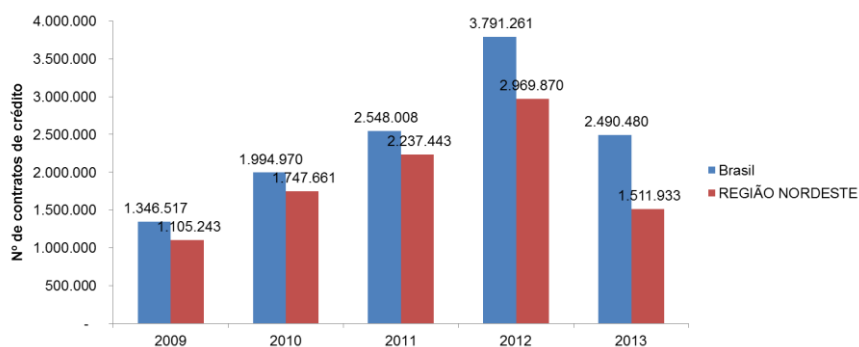


GRÁFICO 15 – Evolução do número de contratos de créditos realizados/PNMPO Nordeste e Brasil.
 FONTE: Elaboração do autor a partir de dados do Ministério do Trabalho e do Emprego. Vários anos.

As tabelas que serão apresentadas a seguir mostram o coeficiente de correlação entre as variáveis analisadas graficamente nesse estudo de caso. As variáveis Bolsa Família, e Contratos estão em milhares de famílias e número de contratos respectivamente. E o que se espera dessa análise, é que reafirme a hipótese de que as variáveis seguem uma mesma tendência e podem ser associadas entre si. Apresentando a TABELA 4, referente ao coeficiente de correlação entre os dados das variáveis para o Brasil:

TABELA 4 - COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS: BOLSA FAMÍLIA, RENDA, TAXA DE OCUPAÇÃO, ÍNDICE DE GINI E CONTRATOS REALIZADOS DE MICROCRÉDITO NO BRASIL – 2009, 2011 E 2012

	CONTRATOS	RENDA	BOLSA FAMÍLIA	TAXA DE OCUPAÇÃO	ÍNDICE DE GINI
CONTRATOS	1				
RENDA	-0,175	1			
BOLSA FAMÍLIA	0,208	-0,073	1		
TAXA DE OCUPAÇÃO	0,029	-0,151	-0,038	1	
ÍNDICE DE GINI	-0,164	-0,090	-0,006	-0,224	1

FONTE: Elaborado pelo autor

É possível inferir através dos coeficientes que quase todas as variáveis possuem uma correlação fraca umas com as outras, a maioria dos coeficientes estão entre 0,30 e 0,1. Como o esperado o índice de Gini, possui uma correlação negativa, porém fraca com o Bolsa Família, valor do rendimento, números de contratos de microcrédito e com a taxa de ocupação, já que a medida que mais famílias são assistidas pelos programas assistenciais e mais pessoas começam a trabalhar a qualidade de vida delas tendem a melhorar, a renda aumentar e a diminuir gradativamente o índice de Gini do país.

O maior destaque é para a correlação positiva entre o número de contratos realizados de microcrédito e as variáveis bolsa família e taxa de ocupação e índice de Gini. O coeficiente de correlação entre o bolsa- família e o número de contratos realizados é de 0,208,

correlação positiva e moderada. O que pode implicar que realmente há uma associação entre os programas Bolsa Família e PNMPO, aumentando a renda da população através do bolsa família pode ser possível que aumente o número de contratos realizados, levando a um maior número de pessoas ocupadas. Os programas assistenciais podem estar associados ao alto índice de gini do país, mas não quer dizer que devem ser os principais responsáveis por melhorar as desigualdades de regiões e à alta concentração de renda.

Já o coeficiente de correlação entre taxa de ocupação e índice de Gini foi de -0,224, correlação moderada e negativa, o que implica que se há um aumento da taxa de ocupação no Brasil, a uma queda do índice de Gini, provavelmente a geração de emprego leva a melhora da condição de vida da população e diminui a desigualdade social.

A fim de comparar os coeficientes de correlação com uma regressão para certificar-se dos resultados acima na TABELA 4 tem a TABELA 5 abaixo com regressões quatro regressões realizadas, utilizando a variável renda, taxa de ocupação, Gini e número de contratos realizados como variáveis dependentes e contratos realizados, bolsa família e renda como independentes.

TABELA 5- REGRESSÃO DAS VARIÁVEIS GINI, TAXA DE OCUPAÇÃO, RENDA E CONTRATOS REALIZADOS DO BRASIL- 2009, 2011 e 2012

EXPLICATIVA	DEPENDENTE			
	GINI	TXA OCUP.	RENDA	CONTRATOS
Contratos Realizados	0	0,000011	-0,40	
Bolsa Família	0	-0,000001	-0,01	0,019*
Valor do Rendimento				-0,066
R ²	0,028	0,003	0,032	0,263
N	81	81	81	81
F	1,12	0,11	1,29	2,89

*COEFICIENTE ESTATISTICAMENTE SIGNIFICATIVO A 10% OU MENOS

FONTE: Elaborado pelo autor

Pela regressão, é possível ver a existência da correlação entre Taxa de ocupação, contratos realizados e Bolsa Família, neste caso 0,3% da variação da Taxa de ocupação é explicada pela regressão, a mesma correlação existe entre Contratos, Bolsa-Família e Valor do Rendimento, 26% da variação de Contratos realizados é explicado pela regressão, 3,2% da variação da Renda é explicado pela regressão e 2,8% da variação de Gini é explicado pela regressão. O teste F, corrobora a análise acima, Taxa de Ocupação, Índice de Gini e Contratos realizados são funções das outras variáveis, rejeita-se H₀, em ambos os

testes. O coeficiente do bolsa família na regressão de Contratos como variável dependente, foi o único coeficiente estatisticamente significativo ao nível de 10% de significância.

Analisando a regressão e o coeficiente de correlação para Contratos como variável dependente a correlação entre a taxa de ocupação e o número de contratos realizados foi de 0,029, correlação fraca e com o Bolsa família foi de 0,208, correlação moderada, e com a Renda foi de $-0,175$, correlação fraca comparando, assim as duas análises mostram-se coerentes uma com a outra, seguindo a mesma tendência. A cada mil famílias acompanhadas pelo Bolsa Família há um aumento de 19 contratos realizados e que a cada queda de mil reais no valor do rendimento da região há um aumento de 66 contratos realizados. O coeficiente de correlação entre os Contratos e o Bolsa família para a região foi de 0,208, correlação positiva, ou seja, é factível a relação entre os programas, isto mostra que eles se complementam. Já o coeficiente entre contratos e renda foi de $-0,175$ correlação fraca, o que não se mostra tão significativo, ou seja, não é certo que realmente a queda no valor do rendimento da região aumenta o número de contratos realizados.

A variável renda como variável dependente apresentou correlação negativa com as outras variáveis, porém a correlação foi considerada fraca e não estatisticamente significativa ao nível de 10%, o que mostra ser questionável o resultado da análise para a variável renda (valor do rendimento).

De modo geral, foi possível se ter a percepção através das análises gráficas, do coeficiente e das regressões de que as variáveis número de contratos realizados de microcrédito, número de famílias acompanhadas pelo bolsa família e taxa de ocupação possuem sim uma associação entre elas no Brasil, principalmente na região Nordeste onde o PNMPO e o Bolsa Família são mais atuantes no combate a pobreza e no aumento de renda, mas para implicar a causalidade entre as variáveis, seria necessário um estudo mais amplo sobre o assunto. A falta dados na área de microcrédito ainda é grande, provavelmente por ser um programa recente e não divulgado como deveria, análises mais profundas deixo para um próximo trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os microempréstimos estão demonstrando ser um sistema poderoso para ajudar as pessoas a se ajudarem. Durante o trabalho foram feitas pesquisas para embasar uma resposta ao desafio apresentado na Introdução, se o Microcrédito como um programa social realmente gera emprego e renda para a população mais carente. A falta de oportunidades e a má distribuição de renda no Brasil fazem com que muitas pessoas, principalmente as com baixa renda, busquem oportunidades no empreendedorismo. Muitas vezes essas pessoas abrem um pequeno negócio informal. A grande questão é de que forma o governo pode estimular essa informalidade como uma oportunidade de crescimento do setor de micro e pequenas empresas. Ações devem ser tomadas, como por exemplo, implementar medidas que estimulem e facilitem essas pessoas a formalizarem suas atividades econômicas. A capacidade de empreender no Brasil é muito grande, mas falta ajuda e estímulos vindos do governo.

Foi visto através das análises que o grande problema do Brasil, não é a pobreza e sim a má distribuição de renda entre a população, por isso, esse deve ser o foco dos programas sociais, encontrar uma forma de realocar os recursos financeiros entre a população de alta e baixa renda do país.

O Brasil é um dos países com mais alto grau de empreendedorismo do mundo, mas não consegue suprir a demanda, resultante de todas as modalidades de recursos necessários para dar-lhe materialidade e, portanto, gerar mais empregos e renda para a sociedade. Oportunidades existem, mas a exploração do segmento de crédito à população mais carente da sociedade brasileira ainda é muito pequena.

Uma das questões que impacta o aumento do empreendedorismo é o crédito, falta de empréstimos diversificados para atingir todos os tipos de clientes possíveis, faz com que os empreendedores informais na maioria das vezes procurem ter acesso ao crédito ofertado por agiotas ou obtido via relações pessoais. As altas taxas de juros cobradas pelos agiotas, e a falta de capital dos tomadores de empréstimos, entre outras questões, ocasionam uma significativa mortalidade das empresas, pois elas não conseguem se sustentar.

O Microcrédito Produtivo Orientado é um programa social gerador de emprego e renda. Gera renda enquanto forma de oferta de crédito a população anteriormente não atingida por esse segmento. E considerando que a partir de então os micro e pequenos empreendedores têm acesso a dinheiro para investir em seus pequenos negócios, esses empreendimentos irão crescer e se expandir de tal forma que mais empregos e oportunidades serão gerados.

Uma forma de expandir e intensificar as Microfinanças no Brasil seria através de um grande programa de marketing que atinja toda população brasileira, principalmente os empreendedores de baixa renda. Mas antes disso é necessário que todas as instituições de Microcrédito estejam preparadas para aumentar suas carteiras de clientes ativos, pois pode haver um desequilíbrio estrutural, de acordo com a evolução do PNMPO vista na Tabela 3, a demanda potencial por Microcrédito é extremamente elevada e ocorrendo um boom nesse mercado, talvez ele não suporte tanta demanda.

Com o intuito de dar continuidade a essa pesquisa, é indicado um estudo mais aprofundado sobre o mercado de crédito brasileiro, para poder dessa forma entender detalhadamente quais são suas características e se aprofundar em suas necessidades. Outra questão importante que pode ser trabalhada com mais intensidade, são formas para melhorar e aprimorar as leis que regulamentam as Microfinanças e suas instituições, a fim de facilitar a criação de novas entidades que ofereçam o Microcrédito, pois essas, muitas vezes ficam restritas à regulamentação.

Através das análises foi possível perceber, a significativa correlação de programas assistenciais, como o bolsa-família, com o volume de microcrédito concedido nas regiões do país, isso mostra que esses programas se talvez caminharem cada dia mais unidos, possam melhorar a condição de vida da população de baixa renda. Programas como o bolsa-família poderiam ser a fonte do capital inicial para que as pessoas comesçassem a empreender, juntamente com o auxílio de programas de microcrédito como o PNMPO.

Retomando então a questão inicial: A política de microcrédito contribui no combate a pobreza. A princípio percebe que sim, mas se considerada em trabalho conjunto com as outras políticas públicas sociais como foi dito acima e se não perder o seu caráter desenvolvimentista. O microcrédito pode trazer resultados monetários positivos para os poucos pobres que a ele tem acesso, aumentando os rendimentos, graças aos investimentos em pequenos empreendimentos. Porém, ainda enfrenta algumas dificuldades como exemplo, não atingir o segmento mais pobre da população, ou seja, são instrumentos que não atende a maioria de seu público alvo, perdendo sua essência. Outro problema é o fato do microcrédito se inserir ainda no âmbito das políticas estatais que não contribui para diminuição das desigualdades sociais no Brasil.

Visto os benefícios do microcrédito e sua atuação positiva em outros países pode-se inferir que o interesse e a disponibilidade de programas de microcrédito, como por exemplo, o Programa Microcrédito Produtivo Orientado para a população que faz uso dos

programas de transferência de renda como Bolsa Família, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação, Auxílio Gás e outros pode ser a “porta de saída” destes programas para sua inclusão em outra esfera econômico-social.

O setor de microfinanças no Brasil tem demonstrado níveis de penetração relativamente baixos, apesar do aquecimento nos últimos anos e da existência de um mercado potencial aparentemente de grande porte. Acredita-se que a grande quantidade de oferta de serviços financeiros, com taxas abusivas, dificulta significativamente a expansão do microcrédito produtivo orientado no Brasil e não contribuem na melhoria do nível de renda dessa população. O país tem um problema sério de formação educacional. Esses consumidores se baseiam no valor monetário das prestações em relação à sua renda. Tanto as organizações que trabalham com serviços financeiros quanto as instituições microfinanceiras não se preocuparam em entender o perfil do consumidor de baixa renda.

O microcrédito impulsiona o empreendedorismo e potencializa, nos mais pobres, seus poucos atributos produtivos, como maneira de erradicar a pobreza, tirando as pessoas dessa linha miserável, cria-se uma grande base de consumo que impulsionará o crescimento econômico do país. Entretanto, se o sistema bancário continuar concentrando a economia nas mãos de poucos e as empresas não desenvolverem uma metodologia específica para trabalhar com a baixa renda, ficará difícil melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

Conclui-se que o Brasil possui espaço para a expansão do mercado de microcrédito produtivo orientado, como possibilidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas mais pobres e promover o desenvolvimento econômico. De forma geral, a criação do Programa Nacional de Microcrédito foi um marco importante no setor. Por conseguinte, a partir dessas conclusões, entende-se que o microcrédito pode ser visto como um dos principais meios para a efetivação do desenvolvimento social, tendo em vista que o acesso ao crédito garante ao indivíduo uma relativa igualdade de oportunidades, melhora suas condições de vida e trabalho e contribui para o próprio desenvolvimento econômico do País.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José, PEREIRA, Almir e SILVA, Roberto. O Programa Central de Crédito Popular – São Paulo Confia. In: POCHMANN, Márcio (org.). **Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo**. Cortez, 2003.

ALVES, Sérgio Darcy da Silva, SOARES, Mardem Marques. **Microfinanças: Democratização do Crédito no Brasil Atuação do Banco Central**. BCB. 3 edição Revista Ampliada. São Paulo. 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Atlas Brasil. (s.d.). *Consulta indicadores*. Acesso em 23 de Outubro de 2013, disponível em Atlas Brasil: <http://atlasbrasil.org.br/2013/consulta/>

BANCO CENTRAL DO BRASIL, site corporativo. Disponível em: www.bcb.gov.br. Acesso em: 09/2013

Banco de Dados Agregados. (s.d.). Acesso em 10 de Outubro de 2013, disponível em SIDRA/IBGE: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo3.asp?z=t&o=3>

BANCO DO NORDESTE. **Crediamigo. Relatório Anual Crediamigo**. 2009. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/Crediamigo/gerados/O_que_e_objetivos.asp?idtr=crediamigo>. Acesso em: 12 de jul. de 2010.

BANCO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Microfinance enters commercial mainstream in Brazil**. Disponível em: <<http://www.ibd.org>>.

Barone, F. M., & Sader, E. (Novembro/Dezembro de 2008). Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. 42. Rio de Janeiro, RJ, Brasil

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Gilson. Microcrédito e microfinanças no governo Lula, Brasília: DF, 2005. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2005/Microcredito_Microfinan%C3%A7as_do_Gov_Lula_01-09-05.pdf>. Acesso em 30 de Outubro de 2013

BNDES. (s.d.). Programa de Microcrédito. Acesso em 29 de Outubro de 2013, disponível em Site do BNDES: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Microcredito/historico.html

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2005. LEI N° 11.110: Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)

CASSINI, Lucas Arcanjo. **A concepção de pobreza subjacente ao Programa Bolsa Família nos governos Lula: rumo à construção da cidadania.** 2010. Dissertação (Mestrado em Política Social) — Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade Federal do Espírito Santo.

COLODETI, Vicente ;LEITE, Izildo. **Microcrédito, Informalidade e combate à Pobreza,** 2011.

Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição. (s.d.). Acesso em 01 de Outubro de 2013, disponível em Bolsa Família Datasus: <http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa.asp>
Feltrim, L. E., Ventura, E. C., & Dodl, A. v. (2009). Projeto Inclusão Financeira. Sisbacen, Brasília.

COSTA, Gilberto. **Bolsa Família eleva em quase 50% a renda dos extremamente pobres.** Agência Brasil, Brasília, 31 jun. 2010. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/home/-/journal_content/56/19523/966751>. Acesso em: 20 jul. 2010.

_____. **Contemporaneidade: pobreza, cidadanias desiguais e os novos desafios da Política Social. Latinidade** — Revista do Núcleo de Estudos das Américas, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 79-103, jan./jun. 2010. MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **Fundamentos do combate à pobreza na contemporaneidade:** Amartya Sen e a perspectiva do desenvolvimento humano. In: SERAINE, Ana Beatriz Martins dos Santos; SANTOS Jr., Raimundo Batista dos Santos; MIYAMOTO, Shiguenoli. (Org.). **Estado, desenvolvimento e políticas públicas. Teresina:** Unijuí, 2008. NERI, Marcelo Côrtes. **Nanocrédito e combate à pobreza.** In: _____. (Org.).

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **Desestruturação do trabalho e política social.** In: PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira et al. (Org.). **Política Social, trabalho e democracia em questão.** Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

Gomes, C., Nascimento, M., Giuntini, N., & de Jesus, P. L. (2009). As Oportunidades de Microcrédito Produtivo Orientado no Mercado Brasileiro. Congresso Virtual Brasileiro de Administração/ Convibra 2009. Mauá: EAM - Escola de Administração de Mauá.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil. Comunicado do IPEA, n. 58. Brasília, 2010. Disponível em: <www.ipea.gov.br>.

LEITE, Izildo Corrêa. **Desconhecimento, piedade e distância: representações da miséria e dos miseráveis em segmentos sociais não atingidos pela pobreza.** 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) — Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara.

LIMA, Shanna Nogueira. Microcrédito como política de geração de emprego e renda. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3202.pdf>. Acesso em 29 de Setembro de 2010. Ministério do trabalho e emprego. PORTAL DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>>. Acesso em 29 de Setembro de 2013;

MONZONI NETO, Mário Prestes. Impacto em renda do microcrédito. Tese de Doutorado em Administração Pública e Governo apresentada à FGV/ Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2006. 195 f.

MOREIRA, Luiz Maurício Franco. **SP CONFIA, utilização de capital social como substituto do colateral físico no mercado de microcrédito**. 118f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Departamento de Economia da FEA/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MORDUCH, J. The **microfinance promise**. *Journal of Economic Literature*, v.37, n.4, p.1569-1614, Dec. 1999.

PEARL, D.; PHILLIPS, M. M. **Grameen Bank, which pioneered loans for the poor, has hit a repayment snag**. Disponível em: <<http://www.interactive.wsj.com/fr/emailthis/retrieve.cgi?id=SB1006810274155982080.djm>>

NERI, Marcelo (Org.). Microcrédito, o mistério nordestino e o Grammen brasileiro: Perfil e performance dos clientes do Crediamigo. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). Gestão de microcrédito. Trabalho apresentado durante o curso Gestão de Microcrédito. Brasília, 2001.

PAIVA, Luis Henrique; GALIZA, Marcelo. **Microcrédito: Alternativas em evidência no país**. Mercado de trabalho: Conjuntura e Análises – IPEA, 2002, volume 19. Disponível em : <www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_018i.pdf>.

PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO (PNMPO). Relatórios de análise de dados consolidados, várias anos. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm>> Acesso em: 01/10/2013.

REYMÃO, Ana Elizabeth Neirão. O capital social dos pobres garante seu acesso ao crédito? Um estudo comparado de experiências de microcrédito no Brasil e no Chile. Tese, UNB, Brasília, 2010.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVEIRA, C. M. (org). Aspectos da história do microcrédito no Brasil e a formação dos CEAPes. In:_____. **Programa de Apoio aos Pequenos Empreendedores - o Sistema CEAPE**. Primeira Edição. Rio de Janeiro: IBASE, NAPP, 2001. Cap. 1. p. 1-4.

SINGER, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

Stiglitz, J. E., & Weiss, A. (Junho de 1981). Credit Rationing in Markets with Imperfect Information. *The American Economic Review*, 71, pp. 393-410.

SOARES, Marden Marques. Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a (Valentin & Serra, 2012) importância do cooperativismo de crédito. Marden Marques Soares, Abelardo Duarte de Melo Sobrinho. Brasília : BCB, 2007

VASCONCELOS, Lia. A Dimensão da Pobreza - 2007. Ano 4. Edição 30 - 11/1/2007 Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1132:reportagens-materias&Itemid=39

Valentin, F. F., & Serra, N. (03 a 06 de Setembro de 2012). O Acesso ao Crédito pela economia solidária: cenário de restrição num universo em expansão. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades.

Veauvy, A. (16 de Novembro de 2011). Microcrédito como promotor de desenvolvimento social no Brasil: o caso do Banco Popular da Mulher de Campinas. Campinas, SP, Brasil: Faculdade de Campinas .

YUNUS, M. **O Banqueiro dos pobres**. 4.ed. São Paulo: Editora Ática, 2001. 343p.